

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

RENATA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
EM FLORIANÓPOLIS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 19/04/06

**FLORIANÓPOLIS
2005**

RENATA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina – UFSC,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Professora Dra. Myriam
Mitjavila

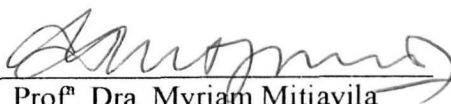
FLORIANÓPOLIS
2005

RENATA DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE
EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.


BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Myriam Mitjavila
Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora



Profª. Dra. Marli Palma
Departamento de Serviço Social - UFSC
1ª Examinadora



Kelly Cristiny Cabral
Assistente Social - Gerente de Apoio a Cidadania da Secretaria de
Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão
2ª Examinadora

A meus pais, Mário César e Maria Inês, a meus irmãos, Acelon Eduardo, Bruna e Marco César, a meus amigos e principalmente ao André, grande amor da minha vida.

*"Nosso maior desejo na vida é encontrar alguém que nos faça fazer o melhor que pudermos."
Ralph Waldo Emerson*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que ilumina e guia sempre a minha vida, me mostrando o melhor caminho a ser seguido e por me dar força, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha mãezinha, pelo carinho, por ser uma guerreira, uma pessoa maravilhosa e que sempre pensa só no bem estar dos outros, não mede esforços para fazer sempre o melhor que pode por sua “prole”.

Ao meu paizinho, pela confiança, dedicação e incentivo. Aprendi muito com meu pai, que sempre fez de tudo para que fôssemos pessoas de bem e lutássemos por nossos ideais.

Aos meus irmãos, Acelon Eduardo, Bruna e Marco César, que mesmo distante, estiveram sempre muito presente.

A toda minha família, por me ensinar valores, sem os quais eu não seria quem sou e, com certeza, não teria chegado até aqui.

Em especial, agradeço ao André, meu noivo, por estes dois anos de carinho, respeito e amor, a quem devo muito nesta conquista, por estar sempre ao meu lado, por entender minha ausência em muitos momentos durante esse período e por fazer parte da minha história.

À minha segunda família, D. Mara (sogra), Sr. Ivan (sogro), Renata (cunhada), Robson (concunhado e amigo), Ana Paula (cunhada), Jean (Duduka/concunhado), Maria Carolina (cunhada) e Mateus (cunhado), além do Marcio (Marcinho/cunhado) e Greice (cunhada), que indiretamente sempre estiveram ao meu lado, me dando muita força e tranquilidade nesta caminhada.

Agradeço a minha supervisora de estágio, Ana Maria Mafra Dal-Bó, por ser essa pessoa especial e iluminada, pelos ensinamentos passados no período de estágio no Fórum do Norte da Ilha, da qual espero ter sua amizade para o resto da vida. Também à Daniela Lavratti Infeld, assistente social do Fórum do Norte da Ilha, com quem convivi por pouco tempo, mas tive a oportunidade ser contagiada com sua alegria. A todos os funcionários do

Fórum, que durante o período de estágio me acolheram e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às minhas grandes amigas de faculdade, que nesses 4 (quatro) anos de convívio, me incentivaram e auxiliaram no desenvolvimento de toda essa trajetória, pelos momentos de alegria e estudos compartilhados durante o período de faculdade. A amiga Michele, por sua atenção e meiguice e a grande amiga Sabrina, por sua tranquilidade e paciência, sem as quais este trabalho não teria se concretizado.

Aos meus amigos do PROCON/SC, Dr. Azize, ao Luiz e a Clarissa, que sempre me ajudaram, sem cobrar pelas minhas saídas fora de horário.

À minha Orientadora, Myriam Raquel Mitjavila, pela paciência e auxílio no desenvolvimento deste trabalho.

À profª Dra. Marli Palma e à assistente social Kelly C. Cabral, por aceitarem participar de minha banca.

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado, que contribuíram direta ou indiretamente, fazendo com que esses resultados fossem alcançados.

RESUMO

SILVA, Renata da. **SERVIÇO SOCIAL: Implementação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005, 90f.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objeto a Prestação de Serviços à Comunidade como pena alternativa à privativa de liberdade. O objetivo constituiu em estudar as alternativas à pena de prisão, em especial, enfocou-se a Prestação de Serviços à Comunidade, prevista pela legislação brasileira como pena restritiva de direito, instituída no Código Penal brasileiro quando da reforma da Lei nº 7.209, em 1984; o estado “caótico” em que se encontra o sistema carcerário brasileiro; o trabalho como forma de ressocialização do apenado e contribuir com o debate teórico do Serviço Social inserido no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, o qual visa a ressocialização de infratores de menor potencial ofensivo. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho tem como base uma pesquisa bibliográfica a respeito das penas alternativas e aplicação de um questionário com os agentes institucionais acerca do funcionamento, monitoramento e avaliação do referido Programa. Tem como objetivo identificar a composição ideal da equipe de apoio operacional; o alcance dos objetivos; o processo de trabalho na percepção dos agentes institucionais; alcance das medidas e sua natureza; as dificuldades para avaliar e administrar pela falta de base de dados e o papel do assistente social. O presente trabalho pretende contribuir com o Serviço Social que associado à área criminal vem destacando-se no acompanhamento, monitoramento e avaliação desta Medida, direcionando suas ações no sentido de humanizar o sistema penal com vistas ao exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Penas Alternativas, Penas Restritivas de Direito, Prestação de Serviço à Comunidade, Serviço Social.

Lista de Abreviaturas

CENAPA – Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CP – Código Penal

EMAJ – Escritório Modelo de Assistência Jurídica

JECRIM – Juizado Especial Criminal

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MP – Ministério Público

ONU – Organização das Nações Unidas

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

TC ou TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

*"De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos
começando,
a certeza de que é preciso
continuar
e a certeza de que podemos ser
interrompidos antes de terminar.
Façamos da interrupção um
caminho novo.
da queda um passo de dança,
do medo uma escada,
do sonho uma ponte,
da procura um encontro!"*
Fernando Sabino

*"É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida
passar;
é melhor tentar, ainda que em
vão,
que sentar-se fazendo nada até o
final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me
esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ..."*
Martin Luther King

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1: DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	14
1.1 Breve histórico sobre o surgimento das Leis Penais	14
1.2 O Surgimento das Alternativas Penais	16
1.2.1 Implantação das Penas Alternativas na Lei nº 7.209/84	18
1.2.2 Da Lei de Execução Penal	20
1.2.3 Dos Juizados Especiais Criminais	21
1.2.4 A Lei das Penas Alternativas – Lei 9.714/98	24
1.3 Considerações sobre o Caos do Sistema Prisional Brasileiro	26
CAPITULO 2: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE EM SANTA CATARINA E NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA	30
2.1 Programa de Prestação de Serviços à Comunidade em Santa Catarina	30
2.2 Breve histórico do Judiciário e do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha	31
2.3 Implantação do Programa de Prestação de Serviços a Comunidade no Fórum do Norte da Ilha	37
2.4 Equipe multidisciplinar e suas atribuições no âmbito da Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha	38
2.5 Breve comentário sobre o Trabalho como forma de ressocialização do apenado.....	41
CAPITULO 3: PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA, ENTRE OS DIVERSOS AGENTES INSTITUCIONAIS	43
3.1 Aspectos gerais sobre o funcionamento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha	43
3.1.1 Aspectos Metodológicos	43
3.1.2 Agentes institucionais que participam na administração das penas do Programa de PSC	45
3.1.3 Objetivos e finalidades do PSC	47
3.1.4 O processo de trabalho na percepção dos agentes institucionais	48

3.1.5 Alcance das Medidas e sua natureza	50
3.1.6 As dificuldades para avaliar e administrar pela falta de base de dados	52
3.1.7 Papel do Assistente Social	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE	67
ANEXOS	71
Anexo A	72
Anexo B	89

INTRODUÇÃO

Em 1956, ainda acreditando que a pessoa detida pudesse ser ressocializada dentro do cárcere, em seu primeiro congresso, a Organização das Nações Unidas estabeleceu regras mínimas para o tratamento de reclusos.

Hodiernamente, com a experiência global, pode-se dizer que a pena de prisão já não é mais eficaz quanto ao seu objetivo de ressocialização. Também sabemos sobre os efeitos perversos que a pena privativa de liberdade pode produzir, dentre eles a superlotação carcerária atentando contra o respeito à dignidade da pessoa humana.

Diante da falência da pena privativa de liberdade, que não atende aos anseios de ressocialização do reeducando, a tendência moderna é procurar substitutivos penais para essa sanção, ao menos no que se relaciona com os crimes de menor potencial ofensivo e com os criminosos cujo encarceramento não é aconselhável.

No Brasil, a idéia vingou e a Lei 7.209/84 inseriu no Código Penal, ainda que timidamente, o sistema de penas alternativas (ou substitutivas) da pena Privativa de Liberdade, também denominadas Restritivas de Direito.

Um forte argumento da perspectiva das Medidas e Penas Alternativas é que elas contribuem, também, para reduzir os custos do encarceramento e a superlotação dos presídios.

No Brasil, já há alguma compreensão da importância da implementação dessas alternativas à pena de prisão. Em sua política criminal vigente, verifica-se que, as Medidas e Penas Alternativas, alcançam aplicação mais eficaz através das Varas especializadas e das Centrais de Penas e Medidas Alternativas implementadas com incentivo do Ministério da Justiça, inclusive corroborando com o objetivo das chamadas "Regras de Tóquio" da ONU, visando à redução da incidência da pena privativa de liberdade.

Assim, o intuito deste Trabalho de Conclusão de Curso é expor a trajetória das penas alternativas, mostrando como estas estão sendo aplicadas através do modelo de Justiça Criminal Catarinense e avaliar o papel do Serviço Social, na implementação e fiscalização do Programa que, em Florianópolis, atende essa demanda social e jurídica.

O interesse por esse assunto surgiu durante o Estágio Curricular Obrigatório, no Setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha.

A realização do trabalho foi possível através de pesquisa bibliográfica e de aplicação de questionário com os agentes institucionais, que atuam direta ou indiretamente no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

Portanto, este trabalho consiste no resultado de um processo de pesquisa qualitativa e exploratória, e reflexões que não pretendem se esgotar, mas sim, contribuir para o trabalho desempenhado pelo Serviço Social.

Este trabalho encontra-se estruturado da forma que segue.

No primeiro capítulo, será apresentado um levantamento histórico do surgimento das Leis Penais e das Penas Alternativas, assim como as legislações que dão fundamentação a esta. Ainda neste capítulo será apresentada algumas considerações sobre o estado “caótico” em que se encontra o sistema carcerário brasileiro.

No segundo capítulo, abordar-se-á um breve histórico do Fórum do Norte da Ilha e o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade em Santa Catarina. Será apresentado também, a equipe multidisciplinar e suas atribuições, além de alguns comentários a respeito do trabalho como forma de ressocialização do reeducando.

No terceiro e último capítulo, abordar-se-á a pesquisa qualitativa realizada com os agentes institucionais, como mencionado anteriormente. Apresentar-se-á a metodologia da pesquisa, e em seguida analisar-se-á as respostas obtidas no questionário à luz dos conhecimentos teóricos.

Por fim, serão apresentados as considerações finais, as referências bibliográficas, o apêndice e os anexos.

CAPITULO 1: DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

1.1 Breve histórico sobre o surgimento das Leis Penais

Anterior a criação das leis criminais, a pena de morte era largamente aplicada, seja na fogueira, na forca, seja por afogamento ou empalação¹. A mutilação era infligida de acordo com a natureza da ofensa, e não previa idade, gênero, nem mesmo a condição física do indivíduo. A punição por um crime restringia-se à vingança privada, ou seja, sem qualquer interferência de terceiros na aplicação destas penas.

Em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2000) nos mostra que os condenados, em meados do século XVIII, tinham de pagar o mal que haviam feito à sociedade através da dor e humilhação, não só para desencorajar os indivíduos, como também demonstrar o poder que o soberano exercia sobre seus súditos.

A formação dos Direitos como hoje conhecemos, tem como marco a Ata de 1679, redigida pelo Parlamento Inglês e aprovada pelo rei Carlos II, a qual:

[...] instituiu o procedimento do *Habeas Corpus* que garantia a liberdade individual contra os riscos das detenções e repressões arbitrárias, bem como protegia o indivíduo detido, evitava translados arbitrários e garantia o ressarcimento de danos e prejuízos em caso de transgressões, estabelecendo multas e responsabilizando os funcionários negligentes. (KINOSHITA, p.07, não publicado)

Segundo Herkenhoff (2006, s.nº), nas declarações de Direitos Humanos, resultantes das revoluções americana e francesa, o sentido de universalidade já estava presente, mas nessa fase histórica, a proclamação dos direitos do homem e do cidadão possuíam um conteúdo individualista, consagrando apenas a democracia burguesa. No entanto, com a Constituição de 1793, proclamaram-se os direitos sociais do homem: direitos relativos ao trabalho, meios

¹ “Suplicio medieval para a execução da pena de morte em que o condenado era atravessado por um pau através do ânus.” (SILVA, 2001, p.302).

de existência, proteção contra a indigência e a instrução, mas a garantia desses direitos dependia apenas da sociedade, o Estado deveria abster-se.

Os Direitos do homem e do cidadão evoluíram e se consolidaram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela ONU, da mesma forma que as penas tornaram-se mais brandas e sua execução, em tese, no sentido de ressocialização do delinqüente², seja pelo estímulo ao desenvolvimento de um sentido de responsabilidade social, seja pela constituição de um sujeito autônomo.

A inclusão dos direitos à ordem jurídica de um Estado, ocorre apenas no século XX, em 1917 na Constituição Mexicana, 1918 na Russa, na República de Weimar em 1919, e no Uruguai são incorporados na Constituição de 1934.

No Brasil, a questão social aparece como principal causa da criminalidade. Nasce a idéia de que as ações jurídica e penal devem ser voltadas não para o crime, mas para o criminoso. Esses estudos sobre a criminalidade foram essenciais para a viabilização dos mecanismos de controle social necessários à contenção da criminalidade local. A legislação brasileira tratava igualmente os desiguais, e a partir desses estudos é que nascem os Códigos, Estatutos, as Leis Penais, que ao longo dos anos vem sofrendo ajustes, de modo a tratar cada segmento da sociedade com distinção.

A lei é o elemento básico na estruturação do direito público e que organiza o direito privado. A lei é, portanto, uma forma de poder e/ou procedimento normativo sobre determinada matéria com a característica de generalidade e obrigatoriedade. Resulta, normalmente, de um processo democrático, que tem que ser aprovada pelo parlamento, sancionada e/ou promulgada pelo chefe do executivo e publicada em todo o território nacional. (ALMEIDA, 2001)

Quando fala sobre a finalidade das penas, Beccaria (1998, p.85), em 1766 diz:

² "Derivado de *delinquens*, de *delinquere*, é o vocábulo aplicado para indicar a pessoa que cometeu um *delito* ou praticou uma *falta*, qualificada crime ou contravenção pela lei penal. Desta forma, tecnicamente, é empregado na mesma equivalência de *criminoso*. Para a pessoa que cometeu um *delito*, pela primeira vez, diz-se que é *primário*, em oposição ao *reincidente*, ao habitual ou profissional." (SILVA, 2001, p.248).

[...] não é outro senão o de impedir o réu de fazer novos danos aos seus concidadãos e de dissuadir os outros de fazer o mesmo. Deve-se, assim, escolher as penas e o método de infligi-las de tal maneira que, observadas as devidas proporções, se produzirá um efeito mais eficaz e mais duradouro sobre os espíritos dos homens, e menos torturante sobre o corpo do réu.

Mas, ainda hoje a finalidade das políticas públicas relacionadas ao direito penal, é a de punir, reprimir e castigar o transgressor³ da lei, quando na verdade deveria reeducar e reinserir este na sociedade.

1.2 O Surgimento das Alternativas Penais

Segundo Lima (2001, p.98), “antes do século XIX, quando surgiram a suspensão condicional da pena⁴ e o *probation system*, raros são os relatos históricos de penas Alternativas”, mas, existem informações de que tal Medida era aplicada nos crimes de incêndio provocados por negligência⁵. Juizes eclesiásticos também possuíam o poder de suspender penas temporais e espirituais, desde que os “infratores” lhes implorassem perdão, mas caso praticassem os mesmos atos as penas suspensas seriam executadas.

No Brasil a suspensão condicional da pena foi estabelecida através do decreto 16.588, de 06/set/1924, quando se constatou que as penas de detenção, com o intuito de punir, não traziam qualquer vantagem para a coletividade e que as penas com pouca duração, principalmente em se tratando de criminosos primários, eram um:

³ “O transgressor, agente da transgressão, é assim, o infrator, o contraventor, o violador, seja da lei, ou seja da obrigação assumida.” (SILVA, 2001, p. 829).

⁴ “entende-se o benefício que se concede ao condenado primário, para o subtrair ao cumprimento da pena, seja, de detenção, ou de reclusão, sob certas condições e prazo determinados.” (SILVA, 2001, p. 788).

⁵ “a negligencia implica na omissão ou inobservância de dever que competia ao agente, objetivado nas precauções que lhe eram ordenadas ou aconselhadas pela prudência, e vistas como necessárias, para evitar males não queridos e evitáveis.” (Idem, 2001, p. 553).

[...] convite a proezas de maior vulto, alertada a imaginação pelos exemplos dos companheiros, já antigos estagiários no último reduto da justiça criminal. [...] Constituiu, pois, o primeiro passo a busca da fórmula apta a conciliar os dois aspectos conflitantes da questão: não deixar impune o autor do delito de pouca gravidade, mas, quando primário, simultaneamente, afasta-lo do convívio dos outros criminosos. (SALES, 1945, p.12)

A principal finalidade jurídico-social da suspensão condicional da pena era a de evitar a reincidência do reeducando; visava também, auxiliar na auto-regeneração, evitando que este fosse intitulado de criminoso, e mesmo da humilhação do cumprimento da pena, além de contribuir para que ficasse afastado dos males do cárcere, principalmente nas penas de curta duração e permitir que a família do reeducando pudesse ajuda-lo nesse processo de regeneração.

O decreto nº 16.588 instituiu os seguintes critérios: o prazo de suspensão variaria entre dois a quatro anos, quando o fato consolidar-se em infração punida com pena de até um ano de prisão, e de um a dois anos tratando-se de contravenção penal⁶. Para ter direito a esta Medida, o reeducando não poderia cometer nenhum delito durante aquele período, sob a pena de reclusão.

Maia (1996, p.15), aponta que “[...] a consolidação das Leis Penais teve vigência até a entrada em vigor do atual Código Penal, em 1º de janeiro de 1942, por obra do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.”

Com a promulgação do Código Penal de 40 ficou estabelecida a pena de reclusão de no máximo 30 (trinta) anos, quando da prática criminosa; a prisão simples ficou relegada à Lei das Contravenções Penais; surgem as penas de multa e as penas acessórias, esta última consiste na perda da função pública, interdição de direitos e publicação de sentença.

Esse abrandamento das penas não foi suficiente para resolver o problema da criminalidade, como se refere Martins (1999, p. 29) quando afirma o seguinte:

⁶ “No sentido penal, a *contravenção* não se trata do significado fundamental do vocábulo: é a violação consciente e voluntariosa a preceito de lei ou direito de outrem, resulte na ação ou de omissão. O *dano potencial* indeterminado e a possibilidade de uma ação prejudicial ao direito alheio, mesmo sem a presença do dolo ou da culpa, são seus elementos constitutivos.” (SILVA, 2001, p. 220).

Exemplo disso é a superlotação dos presídios, cadeias ou penitenciárias, que, ao invés de resolver o problema, tem se constituído em causa de agravamento, ante o contato indiscriminado de infratores que não apresentam maiores riscos à comunidade, com crimes perigosos, promovendo-se a interação entre eles, e formando-se a faculdade do crime.

Quanto à origem da Prestação de Serviços à Comunidade:

[...] estaria na legislação penal dos países socialistas, como na Polônia, Hungria e Romênia, mas a experiência pioneira partiu do Código Penal soviético, de 1926. O trabalho corretivo evoluiu com formas diversificadas por todo o mundo. (ALBERGARIA, 1992, p.70).

Esses trabalhos correcionais foram instituídos de modo que não houvesse privação da liberdade, com o cumprimento em domicílio do reeducando, sob vigilância.

1.2.1 Implantação das Penas Alternativas na Lei nº 7.209/84

O Código Penal brasileiro de 1940 nada previu relacionado às alternativas penais, porém, em 11 de julho de 1984, o Congresso Nacional decreta a Lei nº 7.209, também conhecido como Código Penal de 1984, que reformulou toda a parte geral, procurando humanizar mais o sistema penal, prevendo as penas restritivas de direitos em substituição às privativas de liberdade quando a periculosidade do infrator permitir; reintroduziu o sistema dias-multa; além de deixar de aplicar aos inimputáveis pena privativa de liberdade e medida de segurança, aplicando a estes a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Como bem noticiou Martins (1999, p.35),

Sabendo-se das mazelas que advêm da simples aplicação da pena de prisão, dos problemas que decorriam do encarceramento, tanto em função das superpopulações e da óbvia ocorrência de promiscuidades e desrespeito aos mais mezinhos princípios de relacionamento humano, como da inexistência de um programa de acompanhamento, aconselhamento, educação e encaminhamento do preso a um novo caminho, ampliou-se, com a Lei 7.209/84, o leque dos tipos de penas aplicáveis no país.

Este leque de penas mencionadas acima por Martins, diz respeito ao art. 32 do Código Penal, onde constam as Penas Privativas de Liberdade⁷, as Restritivas de Direito⁸ e as de Multa⁹, das quais, as Penas Restritivas de Direito representam a principal inovação, no que se refere a reforma.

Maia (1996, p.15 e 16), por sua vez, relata que “[...] essa reforma pretendia debater e reformular todo o Código Penal por etapas, primeiro dedicando-se à parte geral, para somente depois proceder as modificações nos crimes previstos na parte especial”. Finalizada a reforma da parte geral, o restante do Código, no caso a parte especial, continuou com o mesmo texto de 1940.

Este Código também reintroduziu o sistema dias-multa, que havia sido abandonado pelo Código de 1940. Além desta, foi incluído a Limitação de Fim de Semana, onde o reeducando, deveria, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, permanecer em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, mas esta Medida não foi utilizada, por inexistência de casas de albergado, e mesmo outros estabelecimentos que fossem adequados conforme a Lei.

A Restrição de Direitos significa a proibição do reeducando em exercer cargo, atividade ou função pública; mandato eletivo; suspensão de habilitação para dirigir veículo; proibição de exercício de profissão, ofício ou atividade que dependam de habilitação especial e licença ou autorização do poder público. Para determinar o período de cumprimento da Medida, os Juizes, baseados no art 44 do Código Penal de 1984, tem que levar em conta os seguintes requisitos:

[...] considerar para os crimes dolosos, inicialmente, não poder a pena atingir 1 (um) ano, para em seguida proceder-se ao estudo das condições pessoais do apenado, quanto à reincidência, a culpabilidade, seus antecedentes, conduta social e personalidade, e os motivos e circunstâncias do delito, vendo-se também, se a substituição era suficiente para o crime praticado. (MARTINS, 1999, p. 39)

⁷ Art. 84, XII, da Constituição Federal de 1988. As Penas Privativas de Liberdade são as penas de reclusão, as quais devem ser cumpridas em regime fechado, semi-aberto ou aberto.

⁸ Art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 7.209, de 11/07/1984.

⁹ Art. 3º da Lei nº 7.209, de 11/07/1984.

Podemos ver então, que o Código Penal vigente, com as reformas de 1984, procurou humanizar mais o sistema penal, dando-se destaque especial às penas.

1.2.2 Da Lei de Execução Penal

Em 11 de julho de 1984, também é instituída a Lei nº 7.210, Lei de Execução Penal, que determina a assistência ao apenado e egresso dos estabelecimentos penais e “que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Art. 1º).

Ainda, em seu Capítulo II, Seção I, a Lei de Execução Penal versa sobre as Penas Restritivas de Direito, mais especificamente em seus Artigos 147 e 148, onde o Juiz poderá requisitar quando necessário a colaboração de entidades públicas ou particulares para dar execução à pena; bem como motivadamente, alterar a forma de cumprimento das penas, ajustando-as às condições pessoais do reeducando e às da entidade acolhedora.

Na Seção II, Da Prestação de Serviços à Comunidade, Artigos 149 e 150, que falam, respectivamente, das atribuições do Juiz e da entidade beneficiada com a Prestação de Serviços à Comunidade. Cabe ao primeiro designar a entidade, encaminhar o reeducando cientificando-o quanto aos dias e horários do cumprimento à Medida; ao segundo caberá manter o Juiz informado quanto às atividades prestadas e assiduidade do prestador de serviços, encaminhando relatórios regularmente.

Deve-se esclarecer que a Lei em questão determina que a Prestação de Serviços à Comunidade terá duração de, exatamente, 8 (oito) horas semanais a qualquer dia, distribuídas de modo a não interferir na jornada de trabalho ou de estudo dos Beneficiários.

Se executada e cumprida devidamente a Lei de Execuções Penais, como afirma Luz (2000, p.20) é “um instrumento eficaz e efetivo no cumprimento da pena como defesa social, visando a ressocialização do condenado.”

Azevedo (2004, p. 39) nos mostra que:

[...] em todas as esferas de administração (federal, estadual e municipal), o problema da segurança pública tem sido colocado como uma das principais demandas da chamada “opinião pública”, muitas vezes amplificada por via da atuação dos meios de comunicação de massa. O “sentimento de insegurança” é crescente, com o aumento da percepção pública a respeito das diversas esferas da criminalidade, desde a economia do tráfico na favela e a criminalidade urbana violenta até os centros dos sistemas político e financeiro.

Nesse contexto, a Lei de Execução Penal, a qual prevê as alternativas penais, surge no intuito de equacionar esta problemática, respondendo de maneira mais rápida para a sociedade.

1.2.3 Dos Juizados Especiais Criminais

Em sintonia com as Regras de Tóquio adotadas pela ONU, a resolução 45/110 da Assembléia Geral das Nações Unidas de 14 de dezembro de 1990, estabeleceu regras mínimas sobre alternativas penais e uma política de valorização das medidas não-privativas de liberdade, visando promover maior participação da comunidade na administração do Sistema de Justiça Criminal e de se instituírem meios mais eficazes de melhoria na prevenção da criminalidade e no tratamento dos reeducando. Dentre as regras mínimas, destacam-se:

- equilibrar os direitos dos delinqüentes, das vítimas e da sociedade;
- aplicar-se a todas as pessoas em julgamento, acusação ou cumprimento de sentença visando reduzir a pena de prisão;
- importância das próprias sanções e medidas não-privativas de liberdade como meio de tratamento dos delinqüentes;
- utilizar-se do princípio da intervenção mínima do Direito Penal;
- capacitação dos profissionais envolvidos: esse trabalho requer conhecimento prático do mais alto nível, sensibilidade e compreensão; e
- organização de seminários, palestras e outras atividades que levem à conscientização dos efeitos/eficiência das penas alternativas.¹⁰

¹⁰ Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, Brasília, 2002, p. 14.

No ano de 1995, em Viena, o Brasil se comprometeu a ampliar as alternativas penais. Para tanto, em 26 de setembro de 1995 foi sancionada a Lei 9.099, que instituía os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que contrapõe-se ao modelo penal clássico o qual vê na privação indiscriminada de liberdade a solução para os problemas do sistema penal. Em sua aparente simplicidade, representa uma verdadeira revolução no sistema processual brasileiro.

A Lei dos Juizados Especiais Criminais tem sido considerada como um dos maiores avanços da legislação brasileira por sua proposta despenalizante, ao introduzir importantes mudanças na política criminal brasileira, como a aplicação de penas não privativas de liberdade a determinados delitos, definidos como de menor potencial ofensivo.

Esta Lei atribui competência aos Juizados Especiais Cíveis para conciliação, processos e julgamento das causas cíveis de menos complexidade, assim como aos Juizados Especiais Criminais, com competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, com o objetivo de agilidade no julgamento, reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. Na esfera penal, essas reformas buscam alternativas mais eficazes e menos custosas do que as oferecidas pelo sistema tradicional.

A Lei nº 9.099/95 determina que a autoridade policial, ao tomar conhecimento do fato delituoso, sem a necessidade da realização do inquérito policial, deve imediatamente providenciar a requisição dos exames periciais necessários para a comprovação da materialidade do fato e lavrar um Termo Circunstanciado de Ocorrência e encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal, se possível com o autor do fato e com a vítima.

O Art. 72 da referida Lei, dispõe sobre a audiência preliminar, onde se encontram o autor do fato, a vítima e um representante do Ministério Público (Promotor de Justiça), além do Juiz, que esclarecerá sobre a possibilidade de composição de danos, além das consequências da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade ao reeducando.

Havendo queixa-crime ou representação ou sendo o crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá propor ao autor do fato a transação penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de

direitos ou multa, a não ser no caso de o acusado ser reincidente. (AZEVEDO, 2001, p.101).

Luz (2000, p. 39) explica que, “[...] se o autor de contravenção ou crime cuja pena máxima não exceda a um ano (art. 61) vem a aceitar a pena proposta pelo Ministério Público (art. 76), encerra-se o caso imediatamente sem a necessidade da colheita de provas.”

Como afirma Campos (2003), a nova lei:

[...] alterou profundamente a sistemática anterior. O inquérito foi substituído pelo Termo Circunstanciado (TC), não há oitiva de testemunhas e nem do autor do fato. O TC é formado somente pela declaração da ocorrência feita pela vítima e encaminhado imediatamente ao Poder Judiciário.

Campos (2003), faz críticas a Lei por esta não prever medidas de proteção a vítima e por considerar a violência doméstica como de baixo potencial ofensivo. A Lei 9.099/95 é considerada como um avanço na legislação brasileira mas seria inadequada com relação às questões de gênero.

A aplicação da pena de multa ou da prestação de serviços à comunidade não tem surtido o efeito desejado nos casos de violência doméstica. Em geral, as vítimas saem frustradas da audiência porque não lhes foi dada oportunidade de opinar e porque a pena imposta não é capaz de reproduzir o grau de gravidade do delito que chegou ao Judiciário. A insatisfação com a pena aplicada (multa ou prestação de serviços à comunidade) representa a impunidade; é como se o delito não tivesse sido penalizado. Embora inovadora nas medidas despenalizantes, a Lei tem sido, por outro lado, incapaz de responder satisfatoriamente aos casos de violência conjugal. (CAMPOS, 2003).

Azevedo (2001, p.108) aponta o surgimento dos Juizados Especiais Criminais com a finalidade de resolver as questões de menor potencial ofensivo e acabou absorvendo uma outra demanda:

[...] os Juizados Especiais Criminais, tendo surgido sob a ideologia da conciliação e da dispersão para desafogar o judiciário, acabaram abrindo as portas da justiça penal a uma conflitualidade antes abafada nas delegacias, e para a qual o Estado é chamado a exercer um papel de mediador, mais do que punitivo.

No caso dos Juizados Especiais Criminais brasileiros, Azevedo (2001, p.107) diz existir uma situação bem diferenciada, que “[...] em vez de retirar do sistema formal os casos considerados de menor potencial ofensivo, a Lei 9.099/95 incluiu esses casos no sistema, através de mecanismos informalizantes”.

1.2.4 A Lei das Penas Alternativas – Lei 9.714/98

Em 25 de novembro de 1998, a Lei nº 9.714, popularmente conhecida como a Lei das Penas Alternativas, vem alterar dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sendo alterados os Arts. 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77, mas a parte geral continuou com as alterações da reforma feita pela Lei 7.209/84.

Antes da alteração do Art. 43, as penas restritivas de direitos eram:

- I. prestação de serviços à comunidade;
- II. interdição temporária de direitos e
- III. limitação de fim de semana. (MAIA, 1996, p. 76).

Com a alteração, as penas restritivas de direitos passam a ser:

- I. prestação pecuniária;
- II. perda de bens e valores;
- III. (VETADO)
- IV. prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
- V. interdição temporária de direitos;
- VI. limitação de fim de semana. (ANGHER, 2004, p. 44).

Além da concepção de mais quatro espécies de penas alternativas substitutivas, a referida Lei instituiu assim, dez espécies de sanções Restritivas de Direito em substituição a pena de prisão.

Lima (2001, p.100) aponta como mudanças formuladas pela Lei 9.714/98,

[...] as penas alternativas, em relação à sua natureza jurídica, deixaram de ser acessórias à prisão para serem autônomas e substitutivas, ou seja, não

são mais fixadas na sentença condenatória em conjunto com as penas privativas de liberdade. Agora o juiz, de início, na sentença condenatória, fixa a pena privativa de liberdade e, entendendo que o condenado preenche os requisitos do artigo 44 do Código Penal, a substitui por pena alternativa.

As Penas Restritivas de Direito são autônomas e substituem as Privativas de Liberdade nas circunstâncias especiais, previstas nos incisos I a III do Art. 44 do Código Penal.

As Penas Alternativas podem ser aplicada na maioria dos delitos previstos no Código Penal, mas, não é possível aplica-las em crime de lesão corporal grave, por existir a violência, nem em um crime de roubo, onde se dá a grave ameaça, além de não poder ser aplicada em casos de reincidência.

A Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, consiste em atribuir ao sentenciado (autor de fato tido como contrário à lei), a prestação de tarefas gratuitas à comunidade e a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial. Essas tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do apenado (art. 46, CP).

Nos casos relacionados à substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, esta não é automática, mas se o réu estiver apto, mesmo que a sentença condenatória tenha sido anterior à Lei 9.714/98, ganhará a liberdade para receber a pena alternativa, uma vez que a lei retroage em benefício do réu.

Um dos aspectos que mais chama a atenção, é a expansão do limite para o emprego da pena, o que antes só poderia ser aplicada quando a pena fosse inferior a 1 (um) ano, agora a pena não poderá ser superior a 4 (quatro) anos, em caso de crimes dolosos.

Outra diferença, é o fato de que antes dessas novas disposições, os tratamentos penais dispensados a crimes contra o patrimônio eram mais graves que os dispensados aos que atingiam ao indivíduo.

Quanto a Prestação Pecuniária, esta tem por objetivo impor ao reeducando como penalidade, o ressarcimento à vítima ou seus dependentes. Onde há delimitação de valores: o mínimo equivale a um salário mínimo e no máximo trezentos e sessenta salários mínimos (art. 45, CP).

Outra pena alternativa imposta, refere-se a Perda de Bens e Valores, que tem como destinatário o Fundo Penitenciário Nacional, cujo valor representará o valor obtido pelo

apenado em consequência da prática do crime, relacionado ao prejuízo causado. Esta pena será aplicada quando o delito cometido for contra o Estado, ou a coletividade, como por exemplo, dano ao patrimônio público.

Em digressão sobre o instituto, o então Secretário Nacional de Justiça, Antônio Rodrigues de Freitas Junior (2002, p.05 e 06), considera as alternativas a prisão, não como uma forma “[...] de punir menos, mas de punir melhor”, ou seja:

[...] à medida que a pena privativa de liberdade vai dando mostras cada vez mais inequívocas de esgotamento histórico, já que as promessas da retribuição e da ressocialização não se cumpriram com um mínimo de plausibilidade, a rotação de eixo propiciada pelo ideal tipicamente moderno de certeza da punição deve ser buscada hoje por uma política que tenha no centro as penas restritivas de direito. (FREITAS JUNIOR, 2002, p. 06)

Com o apoio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Ministério da Justiça, em 2000, institui um órgão próprio para a execução do Programa Nacional de Apoio às Penas Alternativas, a Central Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CENAPA), pois se percebeu que embora previstas na Lei de Execução Penal, as penas alternativas eram pouco utilizadas, segundo Adario (2002, p. 07) “[...] devido à dificuldade do Judiciário na fiscalização do seu cumprimento, com a possibilidade de alta frustração da resposta punitiva do Estado.”

Hoje a CENAPA é responsável pelo Monitoramento do Programa Nacional de Penas e Medidas Alternativas, visando um maior envolvimento da comunidade no programa, integrando entidades da sociedade civil às Centrais de Apoio. Além disso, a CENAPA foi responsável por capacitar as equipes de apoio técnico às penas e medidas alternativas, em todo o país. Essa equipe de apoio técnico é composta por profissionais de Serviço Social e Psicologia, e integram os órgãos da execução como setor de apoio do Juízo da Execução e do Ministério Público.

1.3 Considerações sobre o Caos do Sistema Prisional Brasileiro

Acreditando que a pessoa detida poderia ser ressocializada dentro do cárcere, em 1956 a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu regras mínimas para tratamento de reclusos. Com a experiência global, percebeu-se que deveria se fazer de tudo para que o cidadão não fosse preso.

Ao mesmo tempo em que no mundo discutia-se as questões do sistema carcerário e a ineficácia de seu propósito de ressocialização, o Brasil passava por um período ditatorial. Durante esse período não foi possível uma efetivação, nem mesmo uma atualização das nossas leis penais, é o que nos mostra Barreira (2004, p. 78) onde:

[...] o legado autoritário aparece claramente nas práticas ilegais e no uso indiscriminado da violência por parte dos aparelhos repressivos. [...] Se estas práticas aparecem como um legado do regime autoritário, os governos democráticos enfrentam o desafio de implementar uma política de segurança pública capaz de prevenir e combater a criminalidade e de manter a ordem, tendo como referência os princípios do Estado de Direito.

O regime ditatorial, que durou cerca de 21 anos (1964 a 1985), deixou nos Estados brasileiros, marcas problemáticas para uma efetiva instauração de um Estado de Direito, isso porque a redemocratização para ser reinstituída necessita de um árduo empenho. Barreira (2004, p.78) afirma que “[...] a lei e a ordem eram mantidas, em princípio, neste tempo, com o uso da violência física ilegítima como costume social produzido no cume da ditadura, reconhecida pelo uso do ‘excesso de poder’”.

Como já mencionado, essa adequação das leis penais no Brasil, em conformidade com a ONU, incluindo assim as alternativas a prisão, só pôde se efetivar após o fim do período ditatorial (meados de 1984).

Para assegurar os direitos fundamentais do cidadão contra a arbitrariedade e abusos no uso da força por parte do Estado, constituíram-se instrumentos capazes de controlar o poder punitivo estatal, tais como o direito penal processual, e as normas constitucionais.

O tratamento dispensado aos apenados, não é só uma questão de respeito aos Direitos Humanos, mas também uma questão de estratégia política. O choque entre direitos

humanos e segurança pública tem sido um dos pontos primordiais na efetiva instauração do Estado de Direito.

Citando Carvalho et al (2003, p. 72), podemos constatar que:

A criminalidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, tem sido objeto diário das páginas de jornais, das emissoras de rádio e televisão. Cada vez mais, sobretudo movida pela emoção decorrente de crimes de repercussão pública, a opinião pública clama e reclama quanto à impunidade, à lentidão da Justiça Criminal, à necessidade do agravamento das penas e, seguidamente, propõe o rebaixamento da idade de responsabilidade penal. No imaginário social, penas cada vez mais longas, regime disciplinar prisional mais rigoroso seriam instrumentos eficazes a contribuir com o decréscimo das taxas de incidência criminal.

Assistimos hoje em nosso país, um modelo prisional que serve unicamente como “depósito” de presos, onde estes passam um período de tempo para aprimorar seus conhecimentos criminais e fazerem novos contatos inerentes as suas atividades marginais; quando não, saem piores do que quando ali entraram, pois estando de volta as ruas estigmatizados pela marca de ex-detentos se deparam com uma sociedade preconceituosa.

Em inúmeros casos, a experiência do processo e do encarceramento produz nos condenados, um estigma que pode se tornar profundo. Há estudos científicos, sérios e reiterados, mostrando que a rejeição social por elas produzidas podem determinar a percepção do eu como realmente “desviante” e, assim, levar algumas pessoas a viver conforme esta imagem, marginalmente. [...] Nos vemos de novo diante da constatação de que o sistema penal cria o delinquente, mas, agora, num nível muito mais inquietante e grave: o nível da interiorização pela pessoa atingida do quietamento legal e social. (HULSMAN e CELIS, 1993, p.69)

Através de pesquisas, Teixeira e Bordini (2004) concluem que o enrijecimento do sistema penal traz cada vez menos resultados, pois, os índices de reincidência assim como os de incidência vêm aumentando substancialmente, é cada vez mais difícil reinserir esses indivíduos ao seio da sociedade. Apesar de surgirem novos benefícios, estes são infimamente utilizados. Como explicam, Teixeira e Bordini (2004, p.71):

É sabido, no entanto, que tais medidas de recrudescimento legal e jurisdicional não vêm conseguindo frear a criminalidade. Ao contrário, ao

aumentar o contingente das prisões, diante do não “escoamento” de grande parte desta população confinada, vêm contribuindo para aumentar os efeitos criminógenos do cárcere, o que certamente pode ser corroborado por estudos científicos e pela reincidência observada.

O sistema prisional não possui meios para responder ao crescente número de condenados que lhe é enviado todos os dias, além de ser totalmente degradante e estigmatizante, não oferece com isso, nenhuma possibilidade de ressocialização, servindo apenas como um “ponto de encontros” de delinquentes. “O preocupante e inquietante é que estas linhas gerais de ação não fizeram diminuir as taxas de criminalidade nos Estados, como também não modificaram o cenário de medo e de insegurança que impera na sociedade.” (BARREIRA, 2004, p.85).

Ainda, como relata Azevedo (2005, p.224):

[...] novos delitos são criados, novas áreas de criminalização aparecem, novos procedimentos são propostos, tudo na tentativa de recuperar a legitimidade perdida e um mínimo de eficácia ante uma realidade social que cada vez mais foge ao controle dos mecanismos institucionais de controle penal.

Segundo aponta o, então, Secretário Nacional de Justiça, Antônio Rodrigues de Freitas Junior (2002, p.05):

O Brasil possui hoje uma população carcerária de aproximadamente 25.000 detentos e apresenta um déficit prisional da ordem de 63.000 vagas. Estima-se que cada vaga custa aos cofres públicos cerca de R\$15.000,00. O custo mensal do preso varia de R\$700,00 a R\$1.200,00. O índice de reincidência tem ultrapassado a casa dos 80%. Dadas as condições subumanas de encarceramento, sabe-se que a prisão neutraliza a formação e o desenvolvimento de valores básicos, contribuindo para a estigmatização, despersonalização e prisionização do detento, funcionando na prática como um autêntico aparato de reprodução da criminalidade.

Sendo assim, podemos constatar que, o cárcere não atinge seu objetivo de ressocialização, os custos do sistema prisional são muito altos, além de causar a estigmatização e problemas irreversíveis aos encarcerados.

CAPITULO 2: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE EM SANTA CATARINA E NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA

2.1 Programa de Prestação de Serviços à Comunidade em Santa Catarina

Em Santa Catarina a situação não é diferente do restante do país. Um estudo realizado pela Diretoria de Administração Penal, em 2001, aponta o colapso no sistema prisional. Teixeira (2003, p. 04) ressalta que:

[...] há em todo o Estado 4651 detentos, enquanto a capacidade legal do sistema é de 3021 vagas, o que representa um déficit de cerca de 50%. Diante desse quadro, não seria imprudente afirmar que a superlotação gera uma péssima qualidade de vida no sistema prisional e também funciona como um estímulo para rebeliões, brigas entre os próprios presos e tentativas de fuga.

Mesmo com as alterações penais de 1984, até o ano de 1992 o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade ainda não havia sido implementado pelos Juizados Criminais do Estado de Santa Catarina, o que ocorre a partir do Provimento nº 10/92. O Desembargador Napoleão Xavier do Amarante, em cumprimento ao artigo 46 do Código Penal, resolve estabelecer as bases para o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as Comarcas do Estado, também com o intuito de um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, sendo que esta medida oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive e uma reflexão sobre o delito cometido, suas consequências individuais e coletivas, permitindo que o mesmo cumpra sua pena em liberdade, tendo convívio social e familiar, pois a família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, é através dela que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele, além disso, a família garante um nível de vida emocional a seus membros.

O referido Provimento foi confeccionado com base nas experiências desenvolvidas anteriormente, no Estado do Rio Grande do Sul, onde o projeto já apresentava bons resultados.

Este Provimento determina em seu item 6, que para a implantação do referido Programa, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça um levantamento de dados das instituições existentes na comarca, tendo estas que preencher alguns requisitos, tais como, ser de caráter assistencial e sem fins lucrativos. Do item 7 ao 9.3, este Provimento fala sobre as atribuições do Serviço Social, mais precisamente do Assistente Social, onde este será o responsável pelos levantamentos de dados das instituições, firmar convênio com estas; fazer entrevistas com os prestadores de serviço para colher dados sobre suas aptidões e condições pessoais; fiscalizar o cumprimento da Medida, acompanhando a execução e visitando periodicamente as instituições e emitindo relatórios. Nas comarcas onde não existam Assistentes Sociais no Judiciário, o Programa deverá ser implementado com colaboração da Prefeitura Municipal e/ou, Legião Brasileira de Assistência (LBA).

O Programa Nacional prevê uma equipe de apoio técnico, composta por profissionais do Serviço Social e Psicologia, e algo que chama a atenção no Provimento 10/92, é o fato de o profissional de Psicologia não ser mencionado em momento algum.

Conforme o Manual de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (2002, p.16) “a interdisciplinaridade aborda o modo como os peritos em comportamento interagem com os operadores do Direito. O processo é psicossocial e ocorre na esfera microssocial”, apontando assim a importância dos dois profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos), tanto no atendimento e na entrevista psicossocial com o reeducando, quanto no mapeamento e avaliação do perfil das entidades que receberão esses beneficiários.

2.2 Breve histórico do Judiciário e do Serviço Social no Fórum do Norte da Ilha

Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Fórum do Norte da Ilha foi instalado em 30 de julho de 1993. Teve inicialmente suas instalações e seus serviços dentro da própria Universidade. É o terceiro da Comarca da Capital e é mantido administrativa e financeiramente pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Possui atualmente duas Varas: Sucessões e Registros Públicos, e a Cível e Família. Também funcionam o Juizado Especial Criminal e o Juizado Especial Cível. Além do Setor de Serviço Social.

O Tribunal de Justiça, Poder Judiciário, guardião das liberdades, direitos individuais e sociais, é detentor também da função jurisdicional na prática das leis processuais, ou seja, de dizer e aplicar o direito, no âmbito nacional, positivando-se por vários órgãos Estaduais, Federais ou Estaduais. Exerce também funções legislativas (normatizando seus regimentos internos) e administrativas, inerentes ao autogoverno da magistratura (Brasil, 2004, p. 69)¹¹.

O Foro o Norte da Ilha foi criado através da Lei complementar nº 181, de 21 de setembro de 1999, com a finalidade de defender os direitos sociais.

Através do EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica, as causas de Família e Cíveis são aforadas pelo Estágio do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ressalta Pizzol (2005, p.21):

Como ocorre na maioria dos países ocidentais, o Estado brasileiro é constituído por três poderes, quais sejam: o executivo, o legislativo e o judiciário. A este último, por força constitucional, cabe o poder e o dever de desenvolver todo o sistema da Justiça. Este poder é institucionalizado para o julgamento dos interesses e litígios entre os cidadãos brasileiros. Toda a organização do Estado está norteada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Desde sua promulgação, as mais diversas leis que regulamentam o direito, desde que não estejam em desarmonia com a mesma, continuam vigentes e garantem o estado de Direito.

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil (Brasil, 2004, p.15)¹². É função essencial da Justiça, garantir a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A demanda e a necessidade fazem surgir um direito, e as Varas e Juizados que compõem o Fórum do Norte da Ilha atuam na garantia desses direitos, distribuindo, processando e julgando as causas de Família, Cível, Criminal, de Sucessões e de Registros Públicos.

¹¹ Art. 96 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

¹² Art. 5º da Constituição Federal, 1988

A respeito do Poder Judiciário, Faria (2001, p.08) descreve ser:

[...] Como uma das instituições básicas do Estado constitucional moderno, em cujo âmbito exerce uma função instrumental (dirimir conflitos), uma função política (promover o controle social) e uma função simbólica (promover a socialização das expectativas à interpretação das normas legais), o Poder Judiciário não ficou imune a todas essas transformações. Originalmente, no período histórico do capitalismo concorrencial, ele foi concebido para, no exercício dessas funções, preservar a propriedade privada, conferir eficácia aos direitos individuais, assegurar os direitos fundamentais, garantir as liberdades públicas e afirmar o império da lei, protegendo os cidadãos contra os abusos de poder do Estado. Mais tarde, no período histórico do capitalismo organizado, o Poder Judiciário também passou a implementar direitos sociais, condicionando a formulação e execução de políticas públicas com propósitos compensatórios e distributivistas. E agora, em plena fase de reestruturação de capitalismo, esse poder se vê diante de um cenário novo, incerto e cambiante, no qual o Estado-nação vai perdendo sua autonomia decisória e o ordenamento jurídico vê comprometida sua unidade, sua organicidade e seu poder de “programar” comportamentos, escolhas e decisões.

Cabe ao Poder Judiciário, diante da crescente desigualdade, miséria e da criminalidade, punir e repreender. Mas essa concepção mínima e última do direito penal vem mudando nos Estados brasileiros, como menciona Faria (2001, p. 14), tornando-se “[...] cada vez mais simbólica, promocional, intervencionista e preventiva, mediante a disseminação do medo no seu ‘público-alvo’ (os excluídos) e a ênfase a uma pretensa garantia de segurança e tranquilidade social.”

O profissional de Serviço Social teve sua primeira participação no âmbito da Justiça Catarinense em 1972, com a criação de dois cargos. Tais profissionais auxiliavam o magistrado na então Vara de Menores.

Hoje são mais de 110 espalhados por todas as comarcas, desempenhando atividades nos mais diversos conflitos e processos. Como menciona Pizzol (2005, p. 39):

Gradualmente, os trabalhos do assistente social foram se tornando conhecidos no meio jurídico. Certamente por iniciativa de alguns magistrados mais sensíveis às questões sociais e considerando os bons trabalhos desenvolvidos, estes profissionais foram sendo chamados a atuarem em outros processos sobre questões familiares diversas.

A concepção restou evidente e vem tomando corpo à medida que se foi percebendo a implicância social nos julgados. Constitui faculdade legal do magistrado, ao sentir necessidade de verificar os fatos articulados pelas partes, ou pretendendo saber da opinião de profissionais sobre o assunto em litígio, determinar estudos e perícias a serem efetuados por profissionais de sua confiança.

O setor de Serviço Social no Foro do Norte da Ilha teve início as atividades em fevereiro de 2003, com a finalidade de assessorar os juizes de Direito na identificação e verificação das questões sócio-cultural, econômica e familiar. O Setor de Serviço Social iniciou suas atividades com a atuação de uma Assistente Social, do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Catarinense, à disposição do Fórum para assessorar os Juizes de Direito na identificação e verificação das questões acima citadas, permanecendo na função até a presente data.

Em setembro de 2003, o setor passou a contar com o auxílio de duas estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E a partir do dia 01 de Junho de 2005, o Setor passou a contar com mais uma Assistente Social.

O Serviço Social se insere na Instituição como um departamento com características voltadas à prestação de serviços, nas diversas expressões da questão social que se manifestam na vida cotidiana, atendendo a demanda social nas questões referentes à área da Família, Criminal e demais atribuições de cunho sócio-jurídico.

A principal atribuição do Serviço Social na Instituição é dar cumprimento às determinações judiciais para a realização de Perícia Social ou Estudo Social nos processos, os quais, têm por objetivo colaborar nas decisões do julgador das causas. Pizzol (2005, p. 42), se referindo a atuação do profissional de Serviço Social no Judiciário, explica que:

[...] os magistrados solicitam o estudo social com diversas finalidades: para constituir prova em um processo litigioso; para verificação e análise; a fim de decidir um melhor procedimento voluntário, como é o caso de pedido de alvará judicial, quando não em procedimento de apuração de ato infracional, a fim de concluir pela aplicação de medida sócio-educativa mais adequada.

Intervém diretamente com as partes que integram o processo, analisando as relações que estas estabelecem entre si, procurando conhece-las e analisa-las, visando a melhor agilização e solução para estas questões sociais.

Outra demanda sócio-jurídica, é o Plantão Social, onde o Assistente Social presta atendimento, orientando àqueles que vêm em busca de seus direitos.

A Mediação Familiar também faz parte da prática profissional do Serviço Social no Fórum, e tanto pode ocorrer em processos judiciais ou nas demandas que chegam aos plantões. Tem por objetivo a resolução de conflitos familiares, buscando alternativas de solução para seus desentendimentos, sob a orientação de um profissional qualificado. As pessoas de forma cooperativa e com respeito mútuo, têm o poder de decisão e resolução de seus conflitos, que devem ser mutuamente aceitáveis.

A Mediação Familiar é, segundo Ávila (2004, p. 08):

[...] uma prática de intervenção alternativa e interdisciplinar, apresentando um trabalho integrado entre o juiz, o advogado, o assistente social e o psicólogo. Aquele que vier a ser mediador deverá estar desprovido de todas as suas competências profissionais e ser somente um mediador, pois a mediação não é terapia, advocacia ou aconselhamento. Ela não vem tratar as causas da separação mas sim solucionar os problemas advindos dessa ruptura objetivando a reorganização futura da família.

O Serviço Social na área criminal atende uma demanda específica, cuja pena aplicada é a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), prevista no Código Penal, encaminhando, acompanhando e fiscalizando a Medida, como forma de contribuir com o apenado, com a sociedade e com a própria justiça. O Assistente Social, como menciona Guindani (2001, p. 43):

[...] por meio de suas múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência/criminalidade. Com isso, promover o processo de inclusão social dos apenados, bem como a desmistificação da identidade socialmente construída.

No Judiciário, o Serviço Social se legitima como um trabalho especializado, atuando nas diversas manifestações e enfrentamento das expressões da questão social. Sua prática

assume importância com a política de universalização e a crescente discussão dos direitos humanos e sociais da população. De acordo com os eixos, as ações profissionais se definem como processos sócio-assistenciais, mas, não só, pois o Assistente Social participa ativamente nos processos de planejamento e gestão, dos quais podemos destacar:

Relacionado ao Processo Sócio-Assistencial, além do Plantão Social, o Assistente Social atende a Vara de Família onde tem a possibilidade de fazer uma intervenção direta com os usuários, especialmente com as famílias e segmentos sociais vulneráveis, através da Perícia e Estudo Social, com o objetivo de atender as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Quanto às ações Sócio-Educativas são feitos atendimentos e encaminhamentos de Prestadores de Serviços à Comunidade às Instituições conveniadas, visando a ressocialização destes.

E ao Processo de Planejamento e Gestão, a intervenção do Assistente Social consiste em desenvolver, avaliar e fiscalizar os programas e projetos que atendam as demandas sociais e jurídicas, como o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade e o, recente, Projeto “Justiça no Bairro”.

Podemos destacar o trabalho do Assistente Social no judiciário, como um técnico social responsável em analisar e diagnosticar as condições sociais, materiais e emocionais dos requerentes dos autos dos processos, visando conhecer a realidade destes. Para a concretização deste trabalho é necessário a utilização de instrumentos técnico-operativos, tais quais: Visita Domiciliar, Entrevista, Estudo e Perícia Social. A utilização destes instrumentos facilita o diálogo do profissional de Serviço Social com o usuário, e viabiliza as informações com relação à dinâmica e constituição familiar.

No âmbito judiciário, o Serviço Social no exercício de suas funções, requer conhecimento quanto às disciplinas das ciências humanas e sociais, assim como as legislações específicas, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Código de Ética Profissional, Código Civil, Código Penal, Lei dos Juizados Especiais, Lei da Prestação de Serviços à Comunidade, entre muitas outras.

2.3 Implantação do Programa de Prestação de Serviços a Comunidade no Fórum do Norte da Ilha.

Desde a instalação da Vara Criminal no Fórum do Norte da Ilha, as alternativas penais já eram recomendadas, mas estas eram pouco utilizadas, e não existia uma equipe técnica que pudesse fiscalizar o cumprimento da Medida, no caso, a Prestação de Serviços à Comunidade. A partir do momento em que o Fórum passou a contar com uma profissional do Serviço Social, isso em setembro de 2003, esta fez, juntamente com duas acadêmicas (estagiárias) de Serviço Social, uma pesquisa sobre o assunto e formularam um projeto com o intuito de monitorar e fiscalizar a Prestação de Serviços a Comunidade, que atendesse essa demanda no Órgão.

O Programa foi implantado no Fórum do Norte da Ilha em fevereiro de 2004, mas só entrou em vigência em maio do mesmo ano, com o objetivo geral de “ressocialização e reeducação do indivíduo submetido à Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), oportunizando que este desenvolva atividades de acordo com suas aptidões, visando a reflexão de seus atos e a não reincidência do delito cometido.” (MENDES, GUAREZI, DALBÓ, 2004, p. 5).

Assim, em cumprimento a Lei, este benefício só será oferecido ao reeducando nos crimes de menor potencial ofensivo, mas o diferencial, no caso do Fórum do Norte da Ilha, é que a pena privativa de liberdade não ultrapasse o período de 2 (dois) anos.

Para a confecção do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade foram utilizados como base alguns trabalhos que já haviam sido implantados em outros Estados, os quais haviam apresentado efeitos positivos. Além desses, foram levados em consideração o provimento 10/92, mencionado anteriormente, a Lei 9.714 de 1998, e principalmente o Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, formulado pela CENAPA em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, em 2002.

2.3.1 Equipe multidisciplinar e suas atribuições no âmbito da Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha.

Com a realização de Estágio Curricular Obrigatório no Setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, teve-se a possibilidade de tomar conhecimento da prática do assistente social no Judiciário.

Diante da experiência vivenciada, pode-se dizer que a equipe multidisciplinar que atua no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha é composta por profissionais peritos em comportamento (Assistente Social) e operadores do Direito (Juiz e Promotor de Justiça). Neste nível técnico-operacional, os principais atores envolvidos são o Juízo da Execução, o Ministério Público, a Equipe de Apoio Técnico¹⁴, a Comunidade e o Delegado de Polícia (que atua indiretamente).

É a equipe de apoio técnico, a qual representa o corpo técnico do sistema de alternativas penais, que estabelece a interação entre o mundo jurídico e o mundo social, uma vez que faz a interseção entre o juízo da execução e a comunidade.

Após a implantação do Programa de PSC, a primeira iniciativa do Setor de Serviço Social foi a de firmar convênios com as entidades públicas ou privadas, instituições filantrópicas, ONG's e órgãos públicos que pudessem ser credenciados. Para isso, foram feitas visitas às mesmas, para informar sobre os objetivos e importância do referido Programa, assim como prepara-las para o recebimento do reeducando e fortalecimento da rede social de apoio. Durante estas visitas, foram feitas pesquisas e elaboração do diagnóstico institucional e a seleção destas Entidades para receberem não só os Prestadores de Serviços, mas também as Prestações Pecuniárias (quando determinado pelo Juiz). Estas visitas ocorrem constantemente e periodicamente, visando atualizar os dados sobre as Entidades parceiras para garantir o contínuo aprimoramento de suas condições e necessidades e principalmente quando existe demanda, ou seja, o Assistente Social tem que cuidar para que o serviço prestado não interfira na rotina diária do Beneficiário, procurando sempre uma Instituição mais próxima a sua residência, local de trabalho ou mesmo instituição de ensino.

¹³ A Equipe de Apoio Técnico é composta por Assistente Social e Estagiários de Serviço Social.

Na sequência, após cadastramento e visita a Instituição, é assinado o Termo de Convênio firmado entre a Entidade e o Fórum.

Quando o indivíduo comete um delito de menor potencial ofensivo, pego em flagrante ou denunciado, é levado para a Delegacia de Polícia, onde é feito um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), o qual é encaminhado ao Juizado Especial Criminal, para a abertura de processo. Uma cópia deste Termo Circunstanciado de Ocorrência é entregue ao Infrator contendo data, horário e local de Audiência de Transação Penal.

No Fórum, o Ministério Público, através do Promotor de Justiça, propõe a Transação Penal. Se aceita pelo autor do fato, o Juiz informa a este sobre o inadimplemento do valor da prestação pecuniária e/ou a não prestação dos serviços, que ensejará em denúncia criminal pelo Ministério Público, em seguida homologa a Transação Penal e encaminha o *suposto* Autor ao Setor de Serviço Social, para que o Assistente Social estabeleça a Entidade conveniada, conforme perfil do Beneficiário. Caso a pena restritiva de direito não seja aceita, ocorre suspensão condicional do processo, e o juiz fixará dentro do limite, o tempo do período de prova, mas nesse caso o reeducando entrará para o rol dos culpados. Ainda se não aceitar a proposta de suspensão condicional do processo, o feito prosseguirá até o final da decisão. Caso decida pela Prestação de Serviços à Comunidade, após cumprimento da Medida, na sua folha corrida nada constará e durante 5 (cinco) anos, não poderá cometer delito algum.

Ao chegar no Setor de Serviço Social, é realizada a entrevista com o reeducando, com garantia de sigilo das informações. É feita uma consulta prévia à Entidade parceira mais adequada para o caso. Com base na análise realizada, há o registro do Parecer Social em um arquivo interno da equipe de apoio técnico, o qual é posteriormente juntado ao processo.

Após escolha da Instituição mais adequada ao perfil do beneficiário, é feito prévio contato com esta para obter informações quanto à lotação da mesma, uma vez que estas possuem convênios com outros órgãos. Quando da possibilidade de recebimento do Beneficiário, este é encaminhado à mesma, munido de toda a documentação necessária: tais como: ofício de encaminhamento, contendo a Medida determinada pelo Promotor de Justiça e homologada pelo Juiz; fichas de frequência mensal (referente à quantidade de meses determinados); avaliação periódica – Entidade/Beneficiário (referente à quantidade de meses determinados) e avaliação final de cumprimento da pena. Também é solicitado que a

Instituição comunique quando da apresentação/comparecimento do reeducando para facilitar na fiscalização do cumprimento a medida. Quando a Entidade solicitar ou quando se trata de Instituição de grande porte o Assistente Social poderá acompanhar o beneficiário.

Durante a Prestação de Serviços à Comunidade, cabe ao Assistente Social fazer o acompanhamento, procedimento que visa verificar o cumprimento da pena junto ao Beneficiário e a Entidade, bem como promover a sua reinserção e reeducação. Esse acompanhamento é realizado, simultaneamente, no Setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha e na Entidade parceira onde o Beneficiário se encontra.

Outra atribuição do Assistente Social, durante o acompanhamento é, assim que ocorrer, informar nos autos sobre incidentes que possam constituir descumprimento da pena/medida pelo Beneficiário, se a reavaliação assim indicar, ou se houver denúncia da Instituição. No momento que o Juiz caracteriza o incidente, é feita uma audiência de advertência, onde se decide sobre a manutenção ou não da Pena ou Medida, que pode ou não ser convertida, caracterizando assim o descumprimento da Pena ou Medida Alternativa. Esse fato pode ocorrer também, caso o reeducando não se adapte a Entidade, tendo o Assistente Social autonomia para encaminhá-lo a outra Instituição, se assim desejar, mas tudo informado nos autos do processo.

Quando do término da Medida, a Instituição encaminha de volta o Beneficiário, munido de sua “avaliação final” (da Instituição sobre o apenado) e ofício informando do cumprimento da determinação Judicial.

Após cumprimento da Medida, ao chegar no setor de Serviço Social do Fórum do Norte da Ilha, o reeducando, deve avaliar seu processo de trabalho, seu crescimento e aprendizado dentro da Instituição parceira. Com toda essa documentação em mãos, o Assistente Social tem condições de formular o certificado de cumprimento da Pena ou Medida Alternativa, elaborando o parecer técnico a ser juntado ao processo.

Atendendo ao exposto, o Juiz determina a extinção da punibilidade e em seguida, determina o arquivamento do processo pela secretaria do Juizado Especial Criminal.

2.4 Breve comentário sobre o Trabalho como forma de ressocialização do apenado

O intuito do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade é permitir que esses infratores de menor potencial ofensivo, tenham uma chance de ressocialização e reinserção ao seio da sociedade de forma digna e sem estigmas, oferecendo-lhes condições mínimas de aquisição de cultura, desenvolvimento profissional e social, ocupando seu tempo com algo realmente importante, que lhe traga satisfação e não o distancie do convívio familiar e social, onde este possa encontrar suporte afetivo, assim como, permitir que tenha acesso aos estudos e ao trabalho remunerado, o qual, muitas vezes é a única fonte de renda familiar.

Há muito, também, se questiona o fato de uma pessoa receber como pena, ser submetido a trabalhos não remunerados, principalmente no Brasil, onde, até hoje se conservam “[...] as marcas de uma sociedade colonial escravista, [...] as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece.” (CHAUI, 2000, p. 89)

Mas como afirma Albergaria (1992, p. 108 e 109),

[...] pelo trabalho o homem se auto-afirma e leva a contribuição de seu trabalho ao bem comum. Essa contribuição à comunidade caracteriza a função social do trabalho. Na participação das atividades do trabalho, o [apenado] se auto-aperfeioa e prepara-se para servir a comunidade. [...] O trabalho deve ser avaliado, sobretudo, como um dos elementos mais importantes do tratamento reeducativo. [...] O trabalho da redenção libera-se dos conceitos de punição, opressão e exploração. Nesse sentido, o trabalho é a medida do êxito [...] do próprio tratamento reeducativo, como elemento da reeducação e da reinserção social.

Em seu sentido pedagógico, a Lei de Execução Penal, artigo 28, diz que “[...] o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

Neste caso, a reeducação consiste na reabilitação da pessoa, que se tenha tornado incapacitada para o trabalho, a fim de que esta possa desempenhar novas funções compatíveis com sua atual situação física, visando evitar a invalidez da pessoa, recuperando-a para a vida normal, desenvolvendo assim, suas potencialidades. Para Albergaria (1992, p.

119), “[...] numa sociedade democrática, a reeducação, como a educação, se definirão como aprendizagem humana para a liberdade e a responsabilidade: a formação de homens livres para uma comunidade livre.” Sendo assim, é através da reeducação que o beneficiário reassume o seu *status* de cidadão livre, e através do trabalho promove a auto-realização e sua formação social, como promoção da pessoa humana e desenvolvimento do bem comum.

Uma das condições para que o individuo retorne à sociedade, é participar de programas que possibilitem sua ressocialização. Esta ressocialização pode ser alcançada através do trabalho, mas por problemas sociais é encarado como mais uma forma de punir, quando na verdade o trabalho é um ato social. É o que afirma Siqueira (2001, p. 67):

[...] o trabalho ocupa uma posição central na vida humana. É com ele que o homem provê a sua sobrevivência e a da sua família. Nesse sentido, a realização do ser social concretiza-se por meio de produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação existente no processo de reprodução material.

Siqueira (2001) nos diz que a sociedade capitalista transformou o trabalho em mercadoria, sendo este o único meio de sobrevivência da família do trabalhador, além de a mercadoria produzida não ser reconhecida como fruto de seu trabalho. E por esse motivo, Siqueira (2001, p. 68) segue dizendo que:

O trabalho do preso, nas condições em que a lei assegura, traz consigo um caráter negativo. Pode ser entendido como outra forma de penalizar o preso, pois se para o homem “livre” o trabalho tornou-se um suplicio, em que o salário que recebe não é suficiente para a sua manutenção, para o preso o trabalho será um suplicio ainda maior, isso em razão de não se encontrar na órbita da naturalidade do ser humano.

Essa relação entre trabalho e sofrimento emerge a partir das classes pobres e subalternizados, uma vez que aspiram obter com o trabalho tudo o que a realidade de exploração que permeiam suas trajetórias como trabalhador, não permite. Nesse caso, como já mencionado por Siqueira, “o trabalho tornou-se um suplicio”, quando na verdade é através do trabalho, de serviços prestados, que o beneficiário perde o estigma de detento e, como já mencionado, recebe o *status* de cidadão livre, e com isso a reinserção social.

CAPITULO 3: PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DO PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE NO FÓRUM DO NORTE DA ILHA, ENTRE OS DIVERSOS AGENTES INSTITUCIONAIS

3.1 Aspectos gerais sobre o funcionamento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha

Neste capítulo, falaremos basicamente sobre a participação dos agentes institucionais na administração do PSC, sobre os objetivos, os processos de trabalho, as dificuldades, as atividades e o papel do Assistente Social do ponto de vista dos atores envolvidos.

Para isso foi utilizado um questionário contendo exatamente 13 questões (vide apêndice). Formam entrevistados: Juizes, Promotores de Justiça, Assistentes Sociais e Delegados de Policia, no total de 4 (quatro) pessoas. Para identificar estes, que se encontrarão dispostos não necessariamente nesta ordem, utilizaremos os seguintes termos: E1, E2, E3 e E4.

3.1.1 Aspectos Metodológicos

Para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizamos alguns instrumentos para a coleta de dados, de início buscamos referenciais teóricos pertinentes ao tema abordado neste trabalho. Como afirma Bryne et al. (1982, p.102), a verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico é:

[...] a de ser instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e sua dinâmica próprias que lhe asseguram um caráter de fecundidade.

A teoria assim concebida impregna todo o processo concreto da pesquisa, é imanente a toda observação empírica; [...] em função da teoria construída para apreendê-lo.

Aplicamos um questionário com os agentes institucionais, o qual continha 13 (treze) questões, conforme apêndice.

Segundo Gil (1999, p.130):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

A opção pela aplicação de questionário, foi pelo fator tempo. Por termos conhecimento da dinâmica diária desenvolvida pelos agentes institucionais, elegemos como um facilitador para a pesquisa a aplicação do questionário. Entregamos aos profissionais um formulário e um disquete, ambos contendo as mesmas questões, pra que estes, dentro de seus horários, pudessem optar pela forma e também, pelo melhor momento para responder as questões.

Este questionário continha questões abertas. Gil (1999, p. 131) explica que “[...] nas questões abertas, apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem restrição”.

A limitação que nos foi apresentada com a utilização do questionário como instrumental de pesquisa, foi que este nos impediu de auxiliar o entrevistado quando não houve total compreensão da questão.

Entendemos que a pesquisa realizada caracteriza-se como exploratória e de natureza qualitativa. Gil (1999, p. 43) afirma que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamentos bibliográficos e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

3.1.2 Agentes institucionais que participam na administração das penas do Programa de PSC

Cada agente possui sua função dentro do Programa de PSC, como mencionado no capítulo anterior.

O Delegado de Polícia atua indiretamente no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, mas sua função é de extrema importância, uma vez que é ele quem faz o primeiro contato com o autor do fato contrário a lei. É o Delegado quem identifica, ao lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), qual o tipo de sanção que este indivíduo poderá receber. O Termo Circunstanciado de Ocorrência é entregue ao infrator e outra via, encaminhada à secretaria do Juizado Especial Criminal (JECRIM), contendo data e horário da audiência de Transação Penal.

O Juizado Especial Criminal, por sua vez, formula o processo.

O Promotor de Justiça, durante a audiência de Transação Penal, faz a proposta de medida despenalizadora, caso esta não seja aceita, o Promotor oferece denúncia, e o feito prossegue até o final da decisão. Caso seja aceita a pena alternativa (PSC e Prestação Pecuniária), cabe ao Juiz homologar a proposta de transação penal e encaminhar o beneficiário ao setor de Serviço Social para que seja iniciado o procedimento de acompanhamento da Medida aplicada.

Nesta sequência, o Assistente Social tem a função de receber, entrevistar e encaminhar o reeducando, assim como manter contato com as Entidades parceiras, acompanhando e monitorando a Medida, além de manter atualizado os dados cadastrais destas. É, também, responsável pela informação ao Juízo da Execução quanto ao cumprimento integral da pena, assim como do não cumprimento, e avaliar esse cumprimento, do ponto de vista da Instituição e do ponto de vista do beneficiário referente a esta.

Quando questionados sobre a equipe de apoio técnico, estes demonstraram saber exatamente quais e quantos são os profissionais e acadêmicos que, atualmente, compõem tal equipe, ou seja, duas assistentes sociais e duas estagiárias de Serviço Social. E3 acrescenta:

Do Projeto de implantação até a presente data, o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade sempre esteve sob a coordenação das assistentes sociais que integram o Setor, com a participação de duas estagiárias de Serviço Social da UFSC, que acompanham o Programa durante um semestre.

A CENAPA formulou o Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, o qual versa sobre a importância da equipe de apoio técnico, sendo esta composta por profissionais de Serviço Social e Psicologia, uma vez que o primeiro contato com o reeducando deve ser feito por meio de uma entrevista psicossocial, e esta deve ser realizada com um profissional de cada vez.

Com o intuito de verificar se é percebida a ausência, por parte dos agentes institucionais, do profissional de Psicologia, foi questionado qual seria a composição ideal para esta equipe. Em sua maioria, os entrevistados mencionam a necessidade de um maior número de profissionais e/ou estagiários de Serviço Social entre outros, porém, foi citado o psicólogo uma única vez. Vejamos suas respectivas respostas:

E1: Mais um funcionário para proceder ao trabalho fora do Fórum.

E2: Um servidor do TJSC, mais um Assistente Social e dobrar o número de estagiários. Também um veículo com motorista.

E3: Profissionais de Serviço Social com atuação exclusiva na área do crime.

E4: Não posso informar qual seria a composição da equipe ideal, mas acredito que deva ser composta por técnicos tais como Assistentes sociais e psicólogos, para um melhor acompanhamento das pessoas coordenadas por este Programa.

O Fórum do Norte da Ilha não possui em seu quadro de profissionais o psicólogo. O que podemos constatar é que, com a equipe sendo composta apenas por profissionais de Serviço Social, o que é feito é uma entrevista social, e não psicossocial, como prevê o Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas, mas o referido Manual, serve para unificar os procedimentos técnico-operativos dos processos de execução das Penas e Medidas Alternativas no Brasil, servindo apenas como referência de trabalho, considerando assim, a necessidade de adequação às peculiaridades de cada realidade.

3.1.3 Objetivos e finalidades do PSC

Na íntegra, o objetivo geral do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade é:

Possibilitar um efetivo processo de reeducação e ressocialização do indivíduo submetido a Prestação de Serviços à Comunidade, oportunizando que este desenvolva atividades de acordo com suas aptidões, visando a reflexão dos seus atos e a não reincidência do delito cometido. (MENDES, GUAREZI, DAL-BÓ, 2004, p. 5)

Os objetivos indicam claramente o que se quer alterar e onde iniciará o resultado da ação planejada após a sua execução.

Quando questionados sobre os objetivos do PSC, quais eram e se estavam ou não sendo alcançados, respectivamente, obtivemos as seguintes respostas:

E1: *Ressocializar, punir e conscientizar alcançando fins pedagógicos.*

Em parte. Sim pelo ótimo controle e não pelo perfil de muitos prestadores que voltam a cometer o mesmo delito, sobretudo no porte de tóxico.

E2: *Viabilizado, o PSC proporciona forma alternativa de 'sanção' e enseja (re)integração do infrator na sociedade, sem o estigma de 'condenado'.*

Em parte, pois a estrutura de pessoal não é bastante e as instituições não estão culturalmente preparadas para receber e acompanhar os infratores (com exceções).

E3: *Atender a finalidade da Lei (art. 43 do Código Penal e Lei nº 9.099/95), que proporciona aos indivíduos autores de crimes de menor potencial ofensivo, a oportunidade de refletir sobre seus atos, através do trabalho gratuito em Instituições beneficentes; Investimento na reeducação e ressocialização dos indivíduos.*

Sim, o Programa atende a finalidade a que se propõe e, de forma organizada, leva os autores de fatos tidos como contrários à lei, em sua maioria, a cumprir o que foi negociado em audiência, e, alguns deles, a reflexões sobre o ato praticado.

E4: Não opinou.

Podemos ver que todos os agentes (excluindo E5, que não opinou), conhecem exatamente quais são os objetivos do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

A ressocialização do beneficiário, por si só garante a efetividade e justifica a intenção do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, uma vez que o Fórum do Norte da Ilha dispõe de recursos técnicos para responder favoravelmente a esta demanda.

Portanto, quanto aos resultados, existem divergências de opinião, alguns entendem que o objetivo vem sendo plenamente alcançado, outros apontam que estes resultados vêm sendo alcançados em parte, apontando problemas, como a falta de estrutura de pessoal, o perfil dos apenados e a falta de preparação das Entidade parceira no acolhimento deste reeducando.

Sendo assim, cabe aos agentes institucionais, que atuam direta ou indiretamente no Programa de Prestação de Prestação de Serviços à Comunidade, atuar junto às Entidades parceiras dando suporte a estas, organizando seminários, palestras e outras atividades que levem à conscientização dos efeitos/eficiência das penas alternativas. É de extrema importância para o alcance dos objetivos, o total empenho de cada profissional no exercício de suas funções, seguindo a legislação vigente e adequando-as, quando necessário, às peculiaridades de cada realidade.

3.1.4 O processo de trabalho na percepção dos agentes institucionais

Como também já havíamos mencionado anteriormente, a Lei que instituiu os Juizados Especiais Criminal determina que a autoridade policial, ao tomar conhecimento do fato delituoso, sem a necessidade da realização do inquérito policial, deve imediatamente providenciar a requisição dos exames periciais necessários para a comprovação da materialidade do fato e lavrar um Termo Circunstanciado de Ocorrência e encaminhá-lo ao Juizado Especial Criminal, se possível com o autor do fato e com a vítima. A referida Lei, em seu art. 72, dispõe sobre a audiência preliminar, onde se encontram o autor do fato, a vítima e um representante do Ministério Público (Promotor de Justiça), além do Juiz, que esclarecerá sobre a possibilidade de composição de danos, além das consequências da aceitação da

proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade ao autor do fato. O Ministério Público poderá propor a este a Transação Penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos (PSC) e/ou multa (Prestação Pecuniária).

Ao serem questionados sobre quem decide se uma pessoa deverá ou não ser beneficiada com o PSC, obtivemos as seguintes respostas:

E1: Promotor de Justiça.

E2: Promotor, Advogado e Juiz.

E3: O Promotor de Justiça, durante a audiência de transação penal. Cabe ao Juiz, porém, a homologação da proposta.

E4: Acredito que seja o Julgador, o Juiz que estiver atuando no respectivo processo.

Como podemos perceber, as respostas fornecidas por nossos entrevistados são divergentes e contrapõem ao exposto anteriormente, no entanto não podemos afirmar que estas contradições advêm da não compreensão do questionado ou se os agentes institucionais se equivocaram ao responder esta questão. Gil (1999) afirma que esta é uma das limitações do questionário, não permite o auxílio ao entrevistado quando este não compreende corretamente a questão.

Não é nem o Promotor de Justiça, nem o Juiz, nem o Advogado quem decide sobre o benefício de Prestação de Serviços à Comunidade, na verdade, o infrator a lei é encaminhado à Delegacia de Polícia e conforme legislação vigente, quando a periculosidade deste permitir, lavra-se o Termo Circunstanciado de Ocorrência e neste momento, é o Delegado quem analisa a situação do indivíduo e o encaminha ao Juizado Especial Criminal. Assim sendo, é o Delegado de Polícia quem decide sobre o benefício das penas alternativas.

O Juiz e o Promotor de Justiça, são responsáveis respectivamente, quanto à determinação do período de tempo em que a pena deverá ser cumprida, e fazer a proposta de transação penal ao transgressor à lei. O reeducando, a partir da proposta feita pelo Promotor de Justiça, pode ou não aceitar a prestação de serviços à comunidade ou o pagamento da prestação pecuniária. Sendo aplicado então, caso não aceite a PSC, a suspensão condicional da pena, requerendo apenas o levantamento da culpabilidade do beneficiário e sua aceitação à prova.

3.1.5 Alcance das Medidas e sua natureza

Foucault (2000, p.238), em seu livro *Vigiar e Punir*, destaca que:

O trabalho penal possui um significado e um sentido útil à sociedade capitalista, não enquanto atividade que produz e reproduz certo sistema econômico, político e social, mas porque veicula um poder rigoroso, que traz com efeito a possibilidade aos infratores de, através do trabalho, reincorporarem regras, hábitos idealmente indispensáveis a um bom relacionamento social.

Quando perguntamos aos agentes institucionais, se consideravam a PSC (trabalhos não remunerados) como a melhor Medida a ser aplicada, as respectivas respostas foram:

E1: *Nem sempre é a melhor possível. Mas é a que surte mais efeito com sanção.*

E2: *Sim. Não é a melhor, mas a única possível no momento.*

E3: *As Medidas aplicadas não se restringem à realização de trabalho não remunerado. Quase sempre são aplicadas, simultaneamente, duas Medidas, a saber: Prestação pecuniária e Prestação de Serviços à Comunidade. Ambas são revestidas de cunho pedagógico, muito embora a Prestação de Serviços à Comunidade corresponda melhor ao espírito da proposta, uma vez que o autor do delito exercita o sentido da responsabilidade com o trabalho, que, muitas vezes, é a sua primeira oportunidade.*

E4: *Sim, afinal esta prestação de serviços à comunidade não deixa de ser uma reprimenda, uma sanção correspondente à prática de uma infração penal, logo não pode ter caráter de remuneração.*

Através do trabalho, o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade visa promover o encontro do reeducando com algo que provavelmente este não saiba que existe: dignidade e os limites de uma vida em sociedade. Este é intuito do trabalho, reeducar para poder reinserir este ao seio social, com dignidade e sem estigmas.

O entendimento dos que atuam no Programa é de que esta pena, por enquanto é a que garante melhores resultados aos beneficiários, a sociedade e a Instituição.

Como já mencionado anteriormente, Freitas Junior (2002, p.05 e 06), Secretário Nacional de Justiça, considera as alternativas à prisão, não como uma forma “[...] de punir menos, mas de punir melhor [...]”, uma vez que as penas privativas de liberdade já nos deram provas de esgotamento e de que os objetivos de ressocialização não se cumpriram.

Ainda, com relação à indagação anterior, perguntou-se quais outras Medidas seriam suscetíveis de aplicação, além das laborais. As respostas obtidas foram as seguintes:

E1: Perda da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), suspensão da função e prisão. Mas legalmente nenhuma seria possível.

E2: Programas alternativos que, simultaneamente, com o praticado atualmente, poderiam ser realizados (acompanhamento psicológico, drogas, relacionamento interpessoal, etc).

E3: Acreditamos que com o trabalho, o indivíduo consegue desenvolver potencialidades e valores como responsabilidade, ética, respeito ao próximo e maturidade emocional, condição essencial para se tornar cidadão. A prestação pecuniária é, também, uma Medida educativa, pois leva o indivíduo a se esforçar para ter condições de cumprir o que lhe foi determinado. Além disso, sugere-se que o Judiciário tenha à mão uma estrutura apropriada para dar suporte emocional a situações específicas, tais como: participação em grupos de apoio a dependentes químicos, a situações de violência e de conflito familiar; cursos de orientação e de aperfeiçoamento e sessões de mediação entre as partes conflitantes, dentre outras.

E4: Doação de bens, custeio de outros serviços, como por exemplo, a compra de bens para determinada repartição, a destinação de verbas para a reforma de uma escola pública, a aquisição de material escolar para uma escola, dentre outras medidas.

Como podemos ver, as penas alternativas ou substitutivas, não se restringem apenas a Prestação de Serviços à Comunidade, sendo estas ao total de 10 (dez) sanções. Entre elas as descritas pelos agentes institucionais acima.

O Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas prevê a capacitação individualizada e encontros semestrais entre as Instituições parceiras e a Equipe de Apoio Técnico, através da realização de palestras e seminários. Ao questionarmos se estas

atividades já foram ou estão sendo atualmente executadas, e em caso negativo, por qual motivo, obtivemos as seguintes respostas:

E1: *Desconheço. Não implementaram.*

E2: *Não. Por ausência de estrutura e de profissionais dispostos ao exercício gracioso.*

E3: *Não. O Setor de Serviço Social, por ora, administra somente os encaminhamentos e o controle da Medida. Porque o Setor de Serviço Social ainda está promovendo os ajustes necessários às atividades relacionadas às Medidas, em virtude do tempo (2 anos) em que passou a ser coordenado pelo referido Setor e não ter profissionais específicos para a função.*

E4: *Desconheço se estas atividades estão sendo executadas.*

O intuito destes seminários e palestras é o de repassar a metodologia de apoio técnico do trabalho e a conscientização das entidades quanto à qualidade do acompanhamento e da fiscalização das penas e medidas. São necessários também, para preparar a instituição parceira para receber os prestadores de serviços, e com isso, garantir que o objetivo do Programa seja totalmente alcançado.

3.1.6 As dificuldades para avaliar e administrar pela falta de base de dados

Desde sua implantação, o Programa de PSC nunca passou por uma avaliação referente à eficácia de suas ações, quanto a atingir os objetivos propostos. A avaliação de projetos sociais compreende, segundo Baptista (2003, p.118) a análise da:

[...] adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstas no planejamento e do grau em que os mesmos foram alcançados. Incide sobre a proposta e, basicamente, sobre os objetivos (gerais e específicos) por ela expressos, estabelecendo em que medida os objetivos propostos foram alcançados e quais as razões dos êxitos e dos fracassos.

Nesta análise são estudados não apenas os efeitos diretos, resultantes da intervenção, mas também seus efeitos indiretos, sejam eles relacionados à intencionalidade da ação, sejam eles efeitos perversos, isto é, efeitos que, imediata ou mediatamente, são contraditórios em relação ao intento da ação.

Sabemos que existem várias vantagens e desvantagens na aplicação das penas e medidas alternativas, uma avaliação neste momento seria imprescindível para destacar os pontos falhos, e com isso, se necessário, estar melhorando a qualidade do Programa, no que se refere a atingir plenamente os objetivos propostos.

As respostas que seguem, são referentes à existência ou não, de dados que permitam avaliar o Programa, quanto a sua eficácia:

E1: *Não*

E2: *Não*

E3: *Dispõe de dados, mas o Setor de Serviço Social não assume pesquisas desse gênero; os dados são utilizados por alunas do curso de Serviço Social, que realizam seus estágios no Fórum.*

E4: Não opinou.

Um dos maiores problemas encontrados no Programa é a falta de dados que permitam avaliar o impacto do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha, principalmente no que se refere a diminuição das taxas de reincidência criminal.

Avaliar resultados de uma intervenção profissional é importante ao passo que se estabelece um trabalho voltado a processos qualificados, que exijam do profissional não só a sua intervenção, mas a constante avaliação de sua ação profissional.

Kayano (apud Ronconi, 2003, p. 03) afirma que os indicadores sociais,

[...] constituem num referencial para que governo e sociedade definam as prioridades e avaliem o impacto das políticas públicas tendo em vista a extensão dos direitos de cidadania; podem estabelecer uma referência para o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil, apontando as áreas que deveriam ser priorizadas pelas políticas públicas, assim como subsidiar os

atores sociais nas suas reivindicações e no controle sobre a eficiência das administrações no uso dos recursos públicos.

Apesar destas respostas afirmarem o contrario, acreditamos que estes dados existam, só não teriam sido criados instrumentos para quantifica-los. Estes dados, são essenciais para que se possa fazer a avaliação do referido Programa.

É necessário um sistema de informações eficientes para que haja integração cidadã através da transparência e qualidade das informações disponíveis. Ocupando papel relevante na questão do desenvolvimento social, o direito à informação deve ser encarado como um direito fundamental.

3.1.7 Papel do Assistente Social

Em plano geral, o terreno sócio-institucional de atuação do assistente social se configura a partir da demanda por uma especialização sócio-técnica, voltada para lidar com a questão social no mundo capitalista por meio das políticas sociais, por essa condição, possui um amplo campo de intervenção.

Ao questionarmos aos agentes institucionais quais são as funções do assistente social no Programa de PSC, estes responderam que:

E1: Controlar o PSC, estabelecer convênios com entidades e adequar o prestador à entidade em que prestará os serviços.

E2: Realizar contato com o infrator, identificar aptidões, escolher instituição e acompanhar cumprimento.

E3: Entrevistar o autor do delito, fazer convênios com as Instituições beneficentes, adequar as condições do autor dos fatos às Instituições, preparar a documentação (ofício, controle de frequência, avaliações), acompanhar a assiduidade e desempenho, negociar as alterações e ajustes necessários, receber e juntar no processo a documentação referente ao cumprimento da Medida.

E4: Assistir a adequação da sanção imposta e acompanhar a sua realização.

Desse modo, pode-se compreender como demandas, que requerem o trabalho do assistente social toda expressão de necessidade da aplicação da cidadania. A atuação da profissão dentro do Fórum do Norte da Ilha vem contribuir nessa contextualização, auxiliando os Juizes de Direito na identificação e verificação das questões sócio-cultural, econômica e familiar.

Sendo assim, podendo o Juiz requisitar, a ação técnica do assistente social, pois de acordo com a lei 8662, de 07/06/1993:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...]

O Serviço Social tem na questão social suas mais diferentes expressões; entender o objeto de trabalho do assistente social e o produto do trabalho desse profissional é ter que compreender toda dinâmica que provoca as múltiplas expressões da questão social no cotidiano dos sujeitos sociais.

O objeto do trabalho profissional do Serviço Social é, portanto, essas expressões da questão social emergente. Dessa forma, para a ação do assistente social, torna-se necessário o conhecimento da realidade social, econômica e cultural na qual a questão social está inserida.

Ainda, com relação à atuação do assistente social, perguntou-se se estas ações contemplavam todas as competências habituais deste profissional. As respostas obtidas foram as seguintes:

E1: Não restringe. Mas se houvessem mais profissionais com veículo seria possível realizar trabalho “de rua”, acompanhando com frequência nas entidades.

E2: Restringem.

E3: Os profissionais de Serviço Social cumprem determinação judicial. A atuação desses profissionais na área do crime está em consonância com as atribuições do cargo. A dificuldade reside tão somente no reduzido número de profissionais para uma demanda acima dessas condições.

E4: Acredito que contempla parte de suas atribuições, sendo o Assistente Social um grande “Doutor” em diversas áreas. Quero dizer: o assistente social é um “multi-profissional”, agindo como conselheiro, psicólogo, conciliador, assistente social, investigador, dentre outras funções. Suas formas de atuação são inúmeras e o acompanhamento de medidas impostas pelo PSC se torna mais uma de suas atribuições.

Nessa perspectiva, Iamamoto (1997, p. 62) diz que “[...] o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, o conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.”

Para o assistente social, inserir-se em Programa tal qual o de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha, requer conhecimento e compreensão da forma de organização, trabalho, cultura, costumes e principalmente o modo como esses Beneficiários estão inseridos no contexto social. Estes fatores tornam-se essenciais para que o trabalho do Serviço Social tenha sua finalidade alcançada, ou seja, a reinserção destes ao seio da sociedade.

O instrumento de trabalho do assistente social deve ser compreendido como um conjunto de técnicas, que norteiam os meios de trabalho do Serviço Social, embasados no conhecimento, que facilitará a compreensão da realidade e da ação profissional. O conhecimento é compreendido como um meio de trabalho, que torna o trabalhador especializado para assim, efetuar suas atividades. Segundo Iamamoto (1997, p. 63) “o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.”

Assim, o assistente social, na sua qualidade intelectual tem como instrumento básico e trabalho, a linguagem e todo seu conhecimento e para o exercício de sua profissão, em especial, o conhecimento torna-se mais do que uma capacidade humana, ele

(conhecimento) torna-se um meio, uma categoria indispensável ao trabalho pois, para que se possa modificar ou transformar uma certa natureza, é necessário que se desenvolva um nível de conhecimento que permita saber as formas para essa intervenção.

No entanto, Iamamoto (1997, p. 63), ainda vem nos dizer que:

[...] o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiro, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado. Por tanto, a condição de trabalho assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção sócio-institucional na sociedade brasileira.

Dentro dessa perspectiva compreende-se que o trabalho do assistente social, seus instrumentos e técnicas, estão voltados para um processo de trabalho, desenvolvido em grupo, em equipe, um trabalho coletivo aliado aos meios proporcionados pela instituição, para que o trabalho se efetive.

Assim, o assistente social se apropria de seus instrumentos de trabalho, buscando sempre meios que o ajudará em sua ação profissional perante a realidade posta.

Inserido em um Programa como este desenvolvido no Fórum do Norte da Ilha, o qual visa a ressocialização de infratores de menor potencial ofensivo, a atuação do Serviço Social é desafiadora a prática profissional e ao mesmo tempo motivadora, pois o referido Programa tem caráter social, pedagógico e reflexivo e o Serviço Social associado à área criminal vem destacando-se no acompanhamento e avaliação desta Medida, direcionando suas ações no sentido de humanizar o sistema penal com vistas ao exercício da cidadania.

Deve-se observar também, a que interesses estão voltados essa ação profissional, se do próprio profissional, se a Instituição ou dos sujeitos a quem se atende, que são os reais requisitantes de sua ação.

O que se quer dizer é que a atuação do assistente social deve ser voltada para a real necessidade de seus usuários, evitando que o processo de trabalho se transforme em indicadores abstratos, deslocados do meio social, da realidade vivida pela população a quem se atende.

A atuação do profissional de Serviço Social, não pode se dar de forma a negligenciar os reais interesses e necessidades de sua população usuária, deve-se ter o compromisso com a plena expansão dos indivíduos sociais, sua autonomia e emancipação.

Iamamoto (1997, p. 80), supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade, competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Dessa forma, a avaliação deve conter sempre os resultados diários do trabalho do assistente social, para que o mesmo se torne qualificado no atendimento às necessidades da realidade, que requisitará seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Mesmo que timidamente, a aplicação de penas restritivas de direito à privativa de liberdade, tem se tomado realidade em nosso país.

Ao se observar a atual situação do sistema carcerário brasileiro, podemos compreender o quanto é difícil alcançar seu objetivo de ressocialização através das penas privativas de liberdade. O simples agravamento das penas não trás como consequência a diminuição da criminalidade. Além de ser economicamente inviável, a adoção da pena de prisão é ineficaz no controle desta.

Embora substitutivas às de prisão, as penas alternativas estão presentes na legislação brasileira desde 1984, através da reforma do Código Penal. De fato, constitui um importante avanço na busca pela ressocialização do reeducando. Avanços estes conquistados por diversos segmentos da sociedade juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, ainda há muito que ser feito. Cabe ressaltar a necessidade de se refletir, pois, muitas vezes os direitos legalmente conquistados estão longe de serem materializados no dia-a-dia dos reclusos, uma vez que a lei das alternativas penais retroagem em benefício deste, em casos como os de bom comportamento e entre outras situações que poderiam ser analisadas pelas autoridades judiciais e convertidas para penas alternativas.

A Prestação de Serviços à Comunidade representa um novo caminho para os indivíduos autores de delitos de menor potencial ofensivo. É de extrema importância a participação da comunidade, sem o que a pena alternativa dificilmente terá seus objetivos alcançados. Além disso, se faz imprescindível que o reeducando se submeta ao exercício do trabalho comunitário e do contato permanente com o meio social, o mais próximo possível do seio familiar.

Uma das condições para que o indivíduo retorne à sociedade, é através de programas que possibilitem a sua reinserção social, esta por sua vez, pode ser alcançada através do trabalho, o qual se concretiza em ato social, oferecendo-lhes condições mínimas de aquisição de cultura, desenvolvimento profissional e social de forma digna e sem estigmas, possibilitando a conquista do *status* de cidadão livre, para que possa ser sujeito de

suas decisões e aquisição dos bens e serviços socialmente produzidos, participando de forma autônoma e consciente nos campos de decisões que se faz necessário.

Buscamos no presente trabalho, através de embasamentos teóricos, apresentar a atuação do assistente social, no que diz respeito a sua fundamental contribuição no processo de ressocialização dos beneficiários.

Consideramos ser necessário neste trabalho, à realização de resgate histórico da legislação vigente destinada às alternativas penais. Com isso, podemos perceber que no decorrer da história foram significativos os avanços direcionados aos transgressores a lei.

Na pesquisa apresentada focamos o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha, o qual foi implantado a aproximadamente 2 (dois) anos com o intuito de reeducação, reinserção e ressocialização de indivíduos autores de ato ilícito, cujo objetivo ainda não foi totalmente alcançado.

Apesar do Serviço Social na área criminal constituir-se em um campo recente de atuação dos assistentes sociais, representa uma grande perspectiva de viabilização na busca pela garantia dos direitos individuais e coletivos de seus usuários.

Pensar o Serviço Social inserido nas Instituições Jurídicas é entendê-lo como profissão capacitada a atuar nas diferentes manifestações sociais e no trabalho humano. O argumento para a requisição do trabalho do assistente social está circunscrito às demandas sócio-jurídicas, às políticas públicas e as relações mantidas com as mesmas pelos sujeitos sociais carentes de recursos privados de reprodução espiritual e material no contexto das sociedades urbano-industriais.

O desempenho do assistente social é objetivado no sentido de ressocialização do reeducando, isso visando também, atender a demanda institucional, além de contribuir com a sociedade civil e com as Entidades parceiras.

O profissional de Serviço Social tem suas competências regulamentadas na Lei nº 8.662, de 1993. O serviço por ele prestado exige aparato teórico-metodológico, compromisso ético-político, além de instrumentais técnico-operativos inerentes à profissão. Adotam posturas relevantes perante as demandas realizadas pelas partes interessadas, como o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, a aplicação dos direitos sociais e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, tornando-se apto para implementação e fiscalização de programas sociais, tais como o de Prestação de Serviço à Comunidade no

Fórum do Norte da Ilha, junto aos beneficiários no processo de reeducação e ressocialização deste.

Relacionado ao Programa em questão, compete ao assistente social, entrevistar o reeducando, confeccionar o parecer social, fazer convênios com as Instituições, adequar as condições do autor dos fatos às Instituições, preparar a documentação (ofício, controle de frequência, avaliações), acompanhar a assiduidade e desempenho dos beneficiários, dar suporte às Entidades parceiras, negociar as alterações e ajustes necessários, receber e juntar ao processo a documentação referente ao cumprimento da Medida sócio-educativa.

Os instrumentos de trabalho do assistente social no judiciário, devem ser *compreendidos como um conjunto de técnicas, que envolvem os meios de trabalho do Serviço Social, embasados no conhecimento, o qual facilita a compreensão da ação profissional e da realidade a qual está inserido.* Esse processo de trabalho é desenvolvido em equipe, um trabalho coletivo aliado aos meios proporcionados pela Instituição, para que este se efetive.

Cada agente institucional possui uma função dentro do Programa de Prestação de Prestação de Serviços à Comunidade, direta ou indiretamente. É de extrema importância para o alcance dos objetivos, o total empenho de cada profissional no exercício de suas funções, seguindo a legislação vigente e adequando-as, quando necessário, às peculiaridades de cada realidade, atuando junto às Entidades parceiras e dando suporte a estas, organizando seminários, palestras e outras atividades que levem à conscientização dos efeitos/eficiência das penas alternativas.

Além disso, como sugestão, deve-se criar instrumentos que permitam avaliar os resultados das intervenções profissionais, o qual se torna extremamente importante ao passo que se estabelece um trabalho voltado a processos qualificados, que exigem dos profissionais não só a sua intervenção, mas a constante avaliação de sua ação profissional.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que a aplicação das penas alternativas constitui-se em uma importante ferramenta na luta por um sistema de execução penal mais humano e contribui para a viabilização da atuação dos assistentes sociais, referente ao espaço de intervenção profissional que esta área se constitui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Jason. **Das Penas e Da Execução Penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

ALMEIDA, Claudia Márcia Osório Xavier de. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DELEGACIA LEGAL**. 10º CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.abepss.ufsc.br/CO_sociojur.htm> . Acesso em: 13 mar. 2006.

ALVAREZ, Marcos César. **A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais**. *Dados*. [online]. 2002, vol.45, no.4 [citado 21 Fevereiro 2006], p.677-704. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000400005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0011-5258.

ANGHER, Anne Joyce. **Mini Vade Mecum de Direito: 7 em 1**. 1ª Ed. São Paulo: Ridel, 2004.

AS PENAS alternativas e a dignidade humana. Disponível em: <<http://www.comciencia.com.br>> Acesso em: 13 de fev. 2006.

ÁVILA, Elidete Mattos. **Mediação Familiar – Formação de Base**. Santa Catarina: Gráfica do TJSC, 2004.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. out. 2001, vol.16, no.47 [citado 22 Fevereiro 2006], p.97-110. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6909.

_____. **Tendências do controle penal na época contemporânea: reformas penais no Brasil e na Argentina**. *São Paulo Perspec.* [online]. jan./mar. 2004, vol.18, no.1 [citado 22 Fevereiro 2006], p.39-48. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-8839.

_____. **Criminalidade e justiça penal na América Latina.** *Sociologias*. [online]. jan./jun. 2005, no.13 [citado 22 Fevereiro 2006], p.212-241. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000100009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1517-4522.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** 2ª Ed. São Paulo: Veras, 2003.

BARREIRA, César. **Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública.** *São Paulo Perspec.* [online]. jan./mar. 2004, vol.18, no.1 [citado 21 Fevereiro 2006], p.77-86. Disponível na World Wide Web:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8839200400010001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-8839.

BASTOS, J. E. J. **Código Penal em exemplos práticos.** Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas.** Traduzido por: José de Faria Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988)** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **CODIGO PENAL** – 10º Ed. – São Paulo: Rideel, 2004.

_____. LEI Nº 7.210, DE JULHO DE 1984. **Lei de Execução Penal.**

_____. LEI Nº 8662, DE 07 DE JUNHO DE 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Disponível em:<http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 30 de mar. 2006.

_____. LEI Nº 9.099, DE SETEMBRO DE 1995. **Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.**

_____. LEI Nº 9.714, DE NOVEMBRO DE 1998. **Lei que Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal.**

BRUYNE, P.; HERMEN, J.; SCHOUTHEETEM, M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. jan./un. 2003, vol.11, no.1 [citado 22 Fevereiro 2006], p.155-170. Disponível na World Wide Web:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-026X.

CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARVALHO, Luiz Jorge; RIBEIRO, Nádia Degrazia; COSTA, Newvone Ferreira da; BANDEIRA, Maria Márcia Badaró; PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. **O exame criminológico: Notas para sua construção**. In: O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, na penitenciária e na previdência social/Conselho federal de Serviço Social, (org). São Paulo: Cortez, 2003.

FARIA, José Eduardo. **O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 67, p.07-17, set. 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 23ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º edição. São Paulo, editora Atlas, 1999.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A. **Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 67, p. 38 - 52, set. 2001.

HULSMAN, Louk e CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas – O Sistema Penal em Questão**. Tradução de Maria Lúcia Karam. 1ª Ed. Niterói, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, Flávio A. F. de. **Penas e Medidas Alternativas: avanço ou retrocesso?**. In: A Violência do Cotidiano. Ano II – nº1. São Paulo: Cadernos Adenauer, 2001.

LUZ, Orandyr Teixeira. **Aplicação de Penas Alternativas**. Goiânia: AB, 2000.

KINOSHITA, Fernando. **Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Democracia Participativa: Uma Abordagem Interdisciplinar Sobre a Realidade Brasileira**. Florianópolis [2005?] Não publicado.

MAIA, Zélio. **Direito Penal: Teoria e Exercícios**. 6ª Ed. Brasília: Vest-com, 1995.

MARSHALL, H. T. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahas, 1967.

MARTINS, Jorge H. Shaefer. **Penas Alternativas: Comentários à Nova Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998, que altera dispositivos do Código Penal**. 1ª Ed. 2ª Tiragem. Curitiba: Juruá, 1999.

MIGOTO, Tadeu José. **Patronato Penitenciário de Londrina**. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/depen/patrolondrina.shtml>> Acesso em: 14 de fev. 2006.

MENDES, Cheila e GUAREZI, Claudia: Estagiárias. DAL-BÓ, Ana Maria Mafra: Assistente Social. **Proposta para Implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade No Fórum do Norte da Ilha** – Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado – Florianópolis, 2004.

PASOLD, César Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica: Idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito**. 7ª Ed. Florianópolis: OAB/SC, 2002.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social? Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense – vislumbrando melhores serviços** - Florianópolis: Insular, 2005.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Reprodução de Diagnósticos e Indicadores Sociais em Políticas Públicas**. Florianópolis, 2003. Não publicado.

SALES, José Luis. **Da Suspensão Condicional da Pena**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1945.

SANTA CATARINA. PROVIMENTO Nº 10/92, DE AGOSTO DE 1992. **Provimento que Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal**.

SANTOS, Daniel dos. **Por uma outra justiça: Direito Penal, Estado e Sociedade**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. nov. 2004, no.23 [citado 22 Fevereiro 2006], p.127-139. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-4478.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 18º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

SIQUEIRA, Jailson Rocha. **O Trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 67, p. 53 - 75, set. 2001.

TEIXEIRA, Alessandra e BORDINI, Eliana Blumer Trindade. **Decisões judiciais da Vara das Execuções Criminais: punindo sempre mais**. *São Paulo Perspec.* [online]. jan./mar. 2004, vol.18, no.1 [citado 22 Fevereiro 2006], p.66-71. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-8839.

TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Programa Cidadania em Cadeia para o Direito do Futuro: Presídio Masculino de Florianópolis (SC)**. In: 20 Experiências de Gestão pública e Cidadania (org). 1ª Ed. São Paulo: Gestão pública e Cidadania, 2003.

APÊNDICE

**QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DO PROGRAMA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC), NO FÓRUM DO NORTE
DA ILHA.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
Questionário sobre percepções e avaliações do Programa de Prestação de Serviços à
Comunidade – PSC, no Fórum do Norte da Ilha

Acadêmica: Renata da Silva
Professora Orientadora: Dra. Myriam Mitjavila

Identificação: _____

As informações solicitadas através deste questionário, visam colher dados para a confecção de Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, os quais constituirão valiosa contribuição para a pesquisa referente ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha. Devido à experiência profissional e a posição que o (a) Sr. (a) ocupa no campo da discussão de prática criminal, consideramos sua colaboração extremamente valiosa para o êxito deste estudo. Destaca-se que as informações registradas neste instrumento serão mantidas no mais rigoroso sigilo, e unicamente utilizados com a finalidade de examinar aspectos gerais do funcionamento do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

1) Para começar, há quanto tempo o (a) Sr. (a) está vinculado ao Programa de PSC, no Fórum do Norte da Ilha?

2) Qual a sua função dentro do Programa de PSC, no Fórum do Norte da Ilha?

3) Quais são os objetivos do Programa de PSC, no Fórum do Norte da Ilha?

4) Considera que os objetivos do Programa de PSC, no Fórum do Norte da Ilha, estão ou não sendo alcançados? Por quê?

5) Qual a atual composição da equipe de apoio técnico do Programa de PSC no Fórum do Norte da Ilha?

6) Qual seria a composição ideal para a equipe de apoio técnico do Programa de PSC, do Fórum do Norte da Ilha?

7) Quem decide se uma pessoa deverá ou não ser beneficiada com o Programa de PSC, no Fórum do Norte da Ilha?

8) Atualmente as medidas que vêm sendo aplicadas no Programa PSC no Fórum do Norte da Ilha se restringem à realização de trabalho não remunerado. Considera que esta é a melhor medida possível?

9) Em caso negativo à questão anterior, vislumbra outras medidas suscetíveis de serem aplicadas além das laborais? Quais seriam?

10) O Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas prevê a realização de palestras e seminários. Estas atividades, já foram ou estão sendo atualmente executadas?

- Em caso negativo, por quê?

11) Quais são as funções do Assistente Social no Programa de PSC no Fórum do Norte da Ilha?

12) Na sua opinião, estas funções contemplam todas as competências habituais deste profissional, ultrapassam as mesmas ou restringem o campo de competência do Assistente Social?

13) O Fórum do Norte da Ilha dispõe/conta com dados que permitam avaliar o impacto do Programa de PSC, na diminuição das taxas de reincidência criminal?

- Em caso afirmativo, quais são esses dados?

Seus comentários e observações:

Agradecemos a colaboração e a atenção dispensada.

Florianópolis, março de 2006.

ANEXOS

ANEXO A

Proposta de Implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha.

Proposta para Implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade no Fórum do Norte da Ilha

Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado

Estagiárias: Cheilla Mendes - Cláudia Guarezi

Assistente Social: Ana Maria Mafra Dal-Bó

Florianópolis, Fevereiro de 2004.

I - Identificação da Instituição

Nome da Instituição: Fórum do Norte da Ilha

Nome do responsável pela Instituição: Diretor do Foro - Dr. Henry Petry Junior

Âmbito de atuação: Região norte da ilha

II – Introdução

As mudanças ocorridas na sociedade exigiram cada vez mais atenção aos interesses coletivos, em confronto com aqueles meramente individuais. Os conflitos sociais ganharam nova dimensão, reclamando novos conhecimentos, com soluções mais efetivas e um processo mais ágil e eficaz na defesa de direitos fundamentais ao homem.

Miriam Rôsy Andrade de Moura, Assistente Social da Comarca de Franca/SP, estudou e pesquisou a pena de prisão (privativa de liberdade) e concluiu que é desumana, não ressocializa e tampouco reeduca o apenado. Eis o que diz essa autora em seu estudo *Pena Alternativa, Serviço Social e Trabalho*:

"A Pena de Prestação de Serviços à Comunidade é uma pena dentre as restritivas de direito e uma alternativa à privativa de liberdade, considerando a Lei 9.714 de 25/11/1998. É executada através do trabalho com vistas a extirpar o estigma de condenado e marginal ao reeducando, com o objetivo de não só dar-lhe condições de que o mesmo possa ressarcir à comunidade lesada com o cometimento do delito, mas que, ao cumprir a sua pena através do trabalho, participe do processo educativo, interagindo-se com a comunidade, exercendo atividade compatível com sua aptidão. Neste sentido, é uma pena que apresenta melhores resultados quanto a dignificar o reeducando, enquanto cidadão e permitir-lhe reflexão sobre seus atos. (Ibid, p.89) "

Segundo o art. 46 do Código Penal, a Prestação de Serviços à Comunidade é um tipo de pena restritiva de direito, que consiste em atribuir ao apenado a prestação de serviços gratuitos à comunidade ou à entidades públicas ou privadas de caráter assistencial.

Em Santa Catarina, tal serviço vem se desenvolvendo de forma acanhada, apesar de haver sido criado em 1984. A atuação ampliou-se com o Provimento nº 10/92 (ANEXO 1), da Corregedoria Geral de Justiça, que estabeleceu as bases do Programa em todas as comarcas.

A inexistência de um trabalho estruturado na área criminal no Fórum do Norte da Ilha e a freqüente necessidade de atendimento e encaminhamento dessa demanda específica que são os prestadores de serviços à comunidade, ensejou um Projeto que viesse ao encontro dessa exigência e do desejo dos que integram o setor de Serviço Social (assistente social e estagiárias). O objetivo é ampliar o trabalho do setor e organizar o serviço que a Instituição necessita.

III - Contextualização da Instituição e do Setor de Serviço Social

O Fórum do Norte da Ilha foi instalado em 30 de julho de 1993 em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, sendo que suas instalações e seus serviços iniciaram dentro da própria Universidade.

O Foro do Norte da Ilha foi criado através da Lei Complementar n.º 181, de 21 de setembro de 1999. Atualmente tem sede própria à Avenida Desembargador Vítor Lima, n.º 183, fundos, bairro Serrinha, integrado à Universidade Federal de Santa Catarina. É o terceiro da comarca da Capital e é mantido, financeira e administrativamente pelo Tribunal de Justiça do Estado. Possui atualmente duas Varas, a saber: Vara Cível e de Família e Vara de Sucessões e Registros Públicos. Além destas, funcionam dois Juizados Especiais: criminal e cível.

O Foro do Norte da Ilha possui competência para distribuir, processar e julgar as causas de família, cíveis e criminais de menor complexidade, bem como as da Vara de Sucessões e de Registros Públicos. As causas de família e cíveis são aforados pelo Estágio do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Setor de Serviço Social Judiciário teve início em fevereiro de 2003, com a finalidade de assessorar os Juizes de Direito na identificação e verificação das questões sócio-cultural, econômico e familiar.

Uma das principais atribuições do Serviço Social na Instituição é dar cumprimento às determinações judiciais para a realização de perícia social ou estudo social nos processos, cujo laudo ou parecer técnico tem por objetivo colaborar nas decisões do julgador da causa.

O Assistente Social intervém diretamente com as partes que integram o processo, analisando as relações que estas estabelecem entre si, procurando conhecê-las e analisá-las, visando a melhor agilização e solução sócio-jurídica.

Atua também nos serviços do plantão social, prestando atendimento às demandas sociojurídicas, com encaminhamentos e orientações àqueles que vêm em busca de seus direitos. Nesse serviço, assim como no processo, quando a situação permite, o profissional de Serviço Social se utiliza da Mediação Familiar, técnica de intervenção para melhor resolução dos conflitos.

O Serviço Social pretende, na área criminal, atender uma demanda específica, cuja pena aplicada é a prestação de serviços à comunidade, encaminhando e acompanhando a Medida, como forma de contribuir com o apenado, com a sociedade e a própria Justiça.

IV -Justificativa

As chamadas penas alternativas e dentre elas, as restritivas de direito, foram incluídas no sistema legal brasileiro, com expressa intenção de funcionarem como substitutivos penais para as penas privativas de liberdade, conforme art. 43 do Código Penal, que assim dispõe:

As penas restritivas de direito são:

I - prestação pecuniária;

II - perda de bens e valores;

III - (VETADO);

IV - prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas;

V - interdição temporária de direitos;

VI - limitação de fim de semana;

Dentre tais alternativas, destaca-se a Prestação de Serviços à Comunidade, objeto deste Projeto, por se constituir numa modalidade de pena alternativa com benefícios recíprocos: serve ao apenado, pois considerando o cunho pedagógico da Medida, possibilita a reflexão sobre seus atos e, conseqüentemente, sua reintegração social e, às Entidades Sociais, por contar com mão-de-obra gratuita.

Relativamente nova, a Lei nº 9.099/95 cria e disciplina os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que são órgãos da Justiça Ordinária, com competência para a conciliação, o processo, o julgamento e a execução das causas. Nas questões criminais, refere-se às contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo (*crimes menores*), cuja pena privativa de liberdade não ultrapasse o período de 2 anos.

Também decorre da aplicação desta lei que o juiz poderá homologar acordo feito entre o Promotor de Justiça e o réu (art. 76, § 4º), assim como determinar, em sentença de mérito, as penas restritivas de direito, entre elas a de prestação de serviços à comunidade.

Esta lei prevê um tratamento diferenciado do que era dispensado à totalidade das contravenções penais e crimes praticados no país. Busca-se inicialmente resolver a questão por intermédio da conciliação, ou mesmo pela aceitação por parte do infrator, de uma medida administrativo-penal, como a Prestação de Serviços à Comunidade, onde não ocorre a imposição, mas sim o acatamento de uma obrigação por parte daquele que teria cometido um ilícito penal.

O Fórum do Norte da Ilha dispõe de recursos técnicos para responder favoravelmente a esta nova demanda, já que o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade é de reconhecida importância para a política de repressão à criminalidade, contribuindo para a reeducação dos apenados, o que por si só garante sua efetividade e justifica a intenção do Projeto.

V - Objetivos

Objetivo Geral:

Possibilitar um efetivo processo de reeducação e ressocialização do indivíduo submetido a Prestação de Serviço à Comunidade, oportunizando que este desenvolva atividades de acordo com suas aptidões, visando a reflexão dos seus atos e a não reincidência do delito cometido.

Objetivos específicos:

- fazer o levantamento das principais Instituições assistenciais existentes na Comarca de Florianópolis, especialmente a região do norte da ilha, aptas e interessadas na recepção de apenados para cumprimento de prestação de serviços à comunidade;

- realizar entrevista com o apenado para conhecer suas aptidões e condições pessoais e encaminhar à Instituição adequada ao seu perfil;

- acompanhar e orientar o indivíduo submetido à prestação de serviços à comunidade, assim como sua família, se for o caso, levando-os à reflexão de seus atos e potencializando suas aptidões.

- fiscalizar o cumprimento da pena, de conformidade com o período estabelecido pela autoridade judiciária.

VI - Metodologia

O Projeto será desenvolvimento em três etapas, a saber:

Primeira etapa

- levantamento das principais Instituições assistenciais existentes na Comarca de Florianópolis e comarcas circunvizinhas (Palhoça, Biguaçu e São José), utilizando os cadastros já existentes no Juizado Especial Criminal do Fórum do Norte da Ilha e da Vara de Execuções Penais do Fórum Central, classificando-as por município e bairro;
- preparação do instrumental que será utilizado: formulários para entrevista, tanto com o apenado quanto com a Instituição, termo de convênio (Fórum e Instituição), formulário de avaliação e modelo de relatório para o processo;
- reunião com Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Assistente Social e estagiárias, com a finalidade de estabelecer a rotina do Projeto.

Segunda etapa

- visita às Instituições para conhecimento do local, da coordenação e da política de atendimento; identificação da natureza de suas atividades, do número de vagas disponíveis, da habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, dias e horários para a prestação do serviço. A visita também tem a finalidade de apresentar o Projeto e seus objetivos. Será feita mediante agendamento prévio e referendada pelo MM. Juiz Diretor do Foro, que o fará através de Ofício (ANEXO 2);
- assinatura de convênio (Fórum e Instituição) com o objetivo de formalizar o encaminhamento dos prestadores de serviço à comunidade, submetidos a pena restritiva de direito, de acordo com o art.46 da Lei 9.714/98;

Terceira etapa

- entrevista com os apenados para detectar suas aptidões e condições pessoais, adequando-as à instituição que melhor atenda suas necessidades, facilitando o cumprimento da pena;
- encaminhamento formal do apenado à Instituição.

Quarta etapa

- acompanhamento e orientação ao apenado, através de contatos, entrevistas e visitas quando se fizerem necessárias .
- fiscalização da prestação dos serviços, através de contatos com a instituição;
- relatório de avaliação sobre o cumprimento da Medida, encaminhado pela Instituição e apresentado ao processo.

VII - Indicadores de Avaliação

Durante a execução do Projeto será feito o acompanhamento das ações, com o objetivo de aferir se o que foi programado (convênio com as instituições, aplicação de formulário para identificação de suas atividades, entrevistas com os prestadores de serviços à comunidade, encaminhamento às Instituições, etc.) está sendo efetivamente cumprido.

Objetiva também realizar levantamento quantitativo das instituições que firmaram o convênio, as atividades comumente oferecidas para o cumprimento da PSC, o montante de vagas disponíveis, o número de encaminhamentos realizados, quantos apenados cumpriram a PSC, quantos deixaram de atender a determinação da pena e qual o percentual de reincidência. Após esse levantamento, os dados serão avaliados com o fim de identificar os pontos a serem aperfeiçoados.

A avaliação do projeto será realizada de forma sistemática, contínua e permanente, durante todo seu processo de implantação e execução, com o objetivo de identificar a eficácia e eficiência das ações, verificação dos resultados e a readequação dos objetivos e estratégias de ação que se fizerem necessárias.

VIII – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	Período	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
		Quinzena Jan./2004	Quinzena Jan./2004	Quinzena Fev./2004	Quinzena Fev./2004
Elaboração do Projeto		X	X		
Apresentação do Projeto				X	
Construção do Instrumental (Formulários/Entrevistas)				X	
Contato com as Instituições			X	X	
Visitas às Entidades e realização de Convênio				X	X
Aplicação do Formulário às Instituições					X
Entrevistas com os apenados					X
Encaminhamento às Instituições					
Acompanhamento/fiscalização					
Avaliação					

IX - Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.
- FREITAS, D. P., FREITAS K. B. M. **Perícia Social**: o assistente social e os efeitos da perícia no judiciário. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2003.
- GIL, A. C. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** – ensaios críticos. São Paulo: 3ª Ed. Cortez, 1995.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.
- MINAS GERAIS, Tribunal de Justiça, **Textos da Palestras e Oficinas do IV Seminário Estadual de Assistentes Sociais Judiciais**, 2001. Não publicado.
- MINUCHIM, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 83-84
- NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social**: Introdução as suas técnicas. São Paulo: 3ª Ed. Nacional, 1975.
- SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**: construindo indicativos/organização da Assessoria Psicossocial. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça e Universidade Federal de. **8º Seminário de Formação de Conciliadores do Fórum do Norte da Ilha – Comarca da Capital.** Florianópolis: Texto não Publicado, 2002.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** Trad. Leite D. M. São Paulo: Herder, 1967.

X – RELAÇÃO DO MATERIAL ANEXADO

ANEXO 01 – Provimento nº 10/92 – Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade *para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.*

ANEXO 02 – Modelo de Ofício para encaminhamento às Entidades.

ANEXO 01

PROVIMENTO nº 10/92

Estabelece as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para a execução desta pena restritiva de direito, em cumprimento do art. 46 do Código Penal.

O Desembargador NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE, Corregedor Geral da Justiça do Estado, no uso de suas atribuições e, Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade, na condição de pena restritiva de direito, muito embora exista em nosso sistema jurídico desde 11/07/84, com o advento da Lei nº 7.210, que introduziu alteração do Código Penal, ainda não foi implementada pelos juízos criminais no Estado;

Considerando que a penalidade em questão é uma conquista jurídica importantíssima, pois possibilita um efetivo processo de reeducação e ressocialização do apenado, quebrando a idéia generalizada de impunidade para as infrações tidas como de menor gravidade;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade oportuniza a integração do indivíduo com a comunidade em que vive, comprometendo-o a reflexão sobre o delito e suas conseqüências individuais e coletivas, propiciando ao prestador do serviço atuação em liberdade, tendo convívio social e familiar;

Considerando que a Prestação de Serviços à Comunidade é pena autônoma e substitui a privativa de liberdade, podendo ainda ser aplicada no primeiro ano do prazo de suspensão condicional da pena e que a inobservância do respectivo preceito tem levado os magistrados a aplicar equivocadamente o sursis especial, tornando letra morta a penalidade em questão;

Considerando a experiência já desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul, onde o projeto tem obtido resultados extraordinários;

RESOLVE:

1. Estabelecer as bases do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, em todas as Comarcas do Estado, para implementação num prazo máximo de noventa (90) dias.

2. A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais (art. 46 do Código Penal).

3. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho (art. 46, parágrafo Único), nos horários estabelecidos pelo juiz (art. 149, III, da Lei de Execução Penal).

4. A prestação de serviços à comunidade é forma de pena restritiva de direito (art. 43, I), aplicada nas hipóteses definidas nos arts. 44 e 78, 1, do Código Penal, tendo caráter autônomo e substitutivo das penas privativas de liberdade.

5. Para a execução da pena restritiva de direito em questão, em consonância com o preceito do art. 149 da Lei de Execução Penal, há de se pressupor o conhecimento das aptidões e condições pessoais do apenado, o conhecimento das instituições onde os serviços poderão ser prestados e controle eficaz do cumprimento da pena.

6. Para a implantação do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, portanto, é necessário que o juiz da execução da pena estabeleça:

a) um levantamento das instituições existentes na comarca, de caráter assistencial, particular ou pública, e sem fins lucrativos, aptas para a recepção dos apenados;

b) o conhecimento das condições pessoais do condenado, quanto à natureza dos serviços que poderá prestar;

c) a instalação de um serviço de apoio para o recolhimento de informações e acompanhamento de resultados.

7. O levantamento das instituições com possibilidade de serem conveniadas poderá ser realizado por Assistente Social do Juízo, onde houver, ou por Assistente Social da Prefeitura Municipal ou da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

7.1. O Assistente Social promoverá a colheita de informações sobre a natureza das atividades da instituição, o número eventual de vagas disponível, a habilitação exigida para o trabalho a ser realizado pelo prestador, condições físicas e de pessoal para acompanhar o cumprimento da pena, restrições quanto ao tipo de delito, horários para a prestação do serviço, conforme formulário em anexo.

7.2. Os dados obtidos pelo Assistente Social, nos termos do item anterior, deverão compor um fichário, que instrumentará a escolha do local onde o prestador de serviço deverá cumprir a pena.

8. Feito o levantamento de que trata o item 7., e procedida a escolha da instituição beneficiária, deverá ser firmado um convênio entre o juízo da execução e o estabelecimento de prestação de serviço, com regulação do modo de cumprimento da pena, definição do número de vagas e do sistema de controle, conforme modelo em anexo.

9. Caberá ao juiz da execução, na conformidade do art. 149, da Lei de Execução Penal, a designação da entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou conveniado que dará cumprimento à pena.

9.1. O Serviço de Assistência Social deverá previamente entrevistar o apenado, para conhecer das suas aptidões e condições pessoais, para que o juiz tenha elementos para a sua decisão e para que o prestador possa ser encaminhado para a instituição mais adequada.

9.2. O Serviço de Assistência Social deverá, também, fiscalizar o cumprimento da pena, acompanhando a execução e visitando periodicamente a instituição conveniada, emitindo relatórios regulares.

9.3. Nas comarcas onde não houver assistente social judiciário, o programa deverá ser implantado com a colaboração da LBA e/ou da Prefeitura Municipal.

9.4. A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar (art. 150, LEP).

10. A execução da pena de prestação de serviços à comunidade é atividade inserida na competência da Vara das Execuções Criminais da comarca da Capital, cabendo-lhe assumir o programa, através de pessoal próprio e de outros setores administrativos do foro, além de outros Órgãos da administração pública.

10.1. Nas comarcas do interior a coordenação e execução do programa incumbirá aos juízes criminais.

10.2. Nas comarcas providas de duas Varas, com competência genérica para o cível e para o crime, a coordenação do programa incumbirá ao juiz da 1ª Vara.

10.3. Nas comarcas providas de mais de uma Vara Criminal, a coordenação incumbirá ao juiz da 2ª Vara Criminal (art. 103, § 2º, do Código Judiciário).

10.4. De qualquer modo, para que o programa tenha êxito, é indispensável a cooperação de todos os magistrados da jurisdição criminal de todas as comarcas, que deverão definir os rumos do projeto, fazendo avaliações sistemáticas de resultado.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Florianópolis, 28 de agosto de 1992.

Des. NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE

Corregedor Geral da Justiça

ANEXO 02

MODELO DE OFÍCIO SUGESTÃO PARA ENCAMINHAMENTO ÀS ENTIDADES

COMARCA DA CAPITAL
FORUM DO NORTE DA ILHA

Florianópolis,fevereiro de 2004.

A(o)
Ilmo(a) Sr(a).
Diretor ou Coordenador (nome da instituição)

O Fórum do Norte da Ilha, comprometido com o exercício da cidadania, pensou e levou a termo um Projeto, cujo objetivo é implementar ações voltadas ao cumprimento integral das Medidas Alternativas, aplicadas nos crimes de menor potencial ofensivo.

A Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, pena alternativa prevista em nosso sistema jurídico desde 11/07/1984, pela Lei 7.210 (art. 43 do CP), ainda não foi implementada em sua totalidade, neste Fórum. Pena restritiva de direito, a PSC consiste em atribuir ao reeducando (apenado), a prestação de serviços gratuitos à comunidade e a entidades públicas ou privadas de caráter assistencial (art. 46 CP).

O prestador de serviço à comunidade, ao cumprir sua pena através do trabalho, tem a possibilidade de participar do processo educativo, interagindo-se com a comunidade. Neste sentido, a Prestação de Serviço à Comunidade é uma das alternativas que apresenta melhores resultados, pois oportuniza ao reeducando, através da reflexão de seus atos, o resgate de valores que poderá levá-lo a se tornar um cidadão digno e participante da vida comunitária e à conscientização dos problemas sociais.

Temos a compreensão que esta é a forma mais educativa e socializadora para o apenado, pois além de possibilitar um menor custo como substitutivo penal, traz benefícios para as instituições sociais conveniadas da Comarca, que são beneficiadas com a prestação de serviços gratuitos.

Sendo assim, numa conjugação de esforços, convidamos V.Sa. a fazer parte deste Projeto, autorizando seu cadastramento como entidade conveniada para a implementação do Programa acima mencionado.

Isto posto e certos de sua compreensão para o alcance dos objetivos a que o Projeto se propõe, agradecemos antecipadamente, apresentando nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Dr. Henry Petry Júnior
Juiz de Direito

ANEXO B

Organograma do Fórum do Norte da Ilha

ORGANOGRAMA

